

2.º CICLO DE ESTUDOS  
[MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA]

**Análise Socioeconómica da Madeira no período  
revolucionário através das representações do  
*Comércio do Funchal***

Vítor Diogo Freitas Pereira

**Setembro**

2023



Vítor Diogo Freitas Pereira

## **Análise Socioeconómica da Madeira no período revolucionário através das representações do *Comércio do Funchal***

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pela Professora Doutora Ana Sofia de Matos Ferreira.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

## Sumário

|                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Agradecimentos.....                                                                           | 5  |
| Resumo.....                                                                                   | 6  |
| Abstract.....                                                                                 | 7  |
| Introdução.....                                                                               | 8  |
| Objeto de Estudo.....                                                                         | 8  |
| Metodologias de investigação.....                                                             | 8  |
| Corpus documental selecionado.....                                                            | 12 |
| Objetivos e questões de investigação.....                                                     | 13 |
| Pertinência do projeto no panorama historiográfico.....                                       | 14 |
| Estado da Arte.....                                                                           | 14 |
| Motivação e dificuldades.....                                                                 | 18 |
| Capítulo I - Contextualização Socioeconómica do Arquipélago da Madeira (1960-1974).....       | 19 |
| 1.Os setores económicos do arquipélago da Madeira.....                                        | 19 |
| 1.1. Setor Primário.....                                                                      | 20 |
| 1.1.1. A exploração da terra no arquipélago da Madeira - o regime de <i>colônia</i> .....     | 23 |
| 1.2. Setor Industrial.....                                                                    | 28 |
| 1.3. Turismo.....                                                                             | 29 |
| 1.4. Planos de Fomento.....                                                                   | 30 |
| 1.5. Dinâmicas Demográficas.....                                                              | 34 |
| 1.6. A Composição da População.....                                                           | 35 |
| 1.7. Mortalidade, Natalidade e Emigrações.....                                                | 37 |
| 1.8. Educação.....                                                                            | 39 |
| Capítulo II - O 25 de Abril na Madeira.....                                                   | 42 |
| 1. Os primeiros dias.....                                                                     | 42 |
| 2. O decorrer do processo revolucionário.....                                                 | 49 |
| Capítulo III - O <i>Comércio do Funchal</i> : um jornal Marxista-leninista na Madeira.....    | 56 |
| 1. O <i>Comércio do Funchal</i> : uma breve caracterização.....                               | 56 |
| 2. A ideologia Marxista-leninista .....                                                       | 60 |
| Capítulo IV - Análise do <i>Comércio do Funchal</i> ao cenário socioeconómico da Madeira..... | 63 |

|                           |    |
|---------------------------|----|
| 1. Denúncia laboral.....  | 63 |
| 2. Análise Económica..... | 69 |
| 2.1. A Agricultura.....   | 69 |
| 2.2. A Indústria.....     | 71 |
| 2.3. O Turismo.....       | 72 |
| 3. A análise Social.....  | 73 |
| Conclusão.....            | 81 |
| Bibliografia.....         | 83 |

## **Agradecimentos**

A presente dissertação de mestrado é o culminar de dois anos repletos de aprendizagens, conhecimentos e competências adquiridas.

Desta maneira, agradeço e dedico todo esta dissertação aos meus pais. Eles que sempre foram a minha principal fonte de força e motivação, que me souberam apoiar nos bons e maus momentos, que investiram horas de trabalho e de paciência para serem capazes de suportar e tornar possível este meu objetivo que pretendia com muita vontade.

Agradeço à minha namorada por todo o apoio dado ao longo deste percurso, mas também por todo o auxílio e motivação, por estar sempre lá para me aconselhar e reconfortar nos momentos menos bons e principalmente por ser quem é.

Agradeço aos meus avós paternos pelo apoio e preocupação para concretizar este trajeto.

Agradeço à minha orientadora, professora doutora Ana Ferreira pela constante disponibilidade em ajudar e por todos os conhecimentos ensinados e partilhados durante todo este percurso.

## Resumo

A presente dissertação de mestrado analisa o cenário socioeconómico da Madeira após o 25 de Abril, através das representações da edição regional do *Comércio do Funchal*.

Este trabalho estuda a realidade insular nos últimos anos do Estado Novo, de maneira a enquadrar a temática em questão, nomeadamente a economia e os aspetos sociais. Na economia, analisa o setor primário, o industrial e o turístico, os planos de fomento aplicados na região e a exploração/rentabilização da terra. Nos aspetos sociais, aborda as dinâmicas demográficas, a composição da população, a mortalidade, natalidade e emigrações, e por fim a educação.

Sobre o período cronológico em questão, esta dissertação faz uma análise de como o *Comércio do Funchal* transmitia e noticiava a realidade madeirense, destacando o seu método denunciativo de comunicação, nomeadamente a denúncia laboral. Estuda-se a respetiva análise da agricultura, indústria e turismo, assim como analisa-se a interpretação do jornal ao cenário social presente na região. O jornal *Comércio do Funchal* assume-se como marxista-leninista, pelo que também se analisa o movimento marxista-leninista em Portugal, já que a componente ideológica do jornal determina a linha editorial, o conteúdo das notícias e a representação que o jornal faz da Madeira.

**Palavras-chave:** 25 de Abril, colónia, Marxismo-leninismo, contexto socio-económico.

## Abstract

This master's thesis analyzes the socio-economic scenario of Madeira after the 25th of April, through the representations of the regional edition of *Comércio do Funchal*.

This work studies the insular reality in the last years of the Estado Novo, in order to frame the theme in question, mainly the economic and social aspects. In economics, it analyzes the primary, industrial and tourist sectors, development plans applied in the region and land exploration/profitability. In the social aspects, it addresses demographic dynamics, the composition of the population, mortality, birth rate and emigration, and finally education.

About the chronological period in question, this dissertation makes an analysis of how *Comércio do Funchal* transmitted and reported the Madeiran reality, highlighting its denouncing method of communication, mainly the labor denouncement. Study the respective analysis of agriculture, industry and tourism, as well as analyze the newspaper's interpretation of the social scene present in the region. Due to this dissertation investigating the role of *Comércio do Funchal* in the face of the Madeiran reality, an analysis of the Marxist-Leninist movement, more specifically in Portugal, is present in this study, due to representing the motivation and news content of the newspaper.

**Key-words:** April 25, *colônia*, Marxism-Leninism, socioeconomic context.

## **Introdução**

### **Objeto de Estudo**

O Objeto de Estudo desta dissertação é o cenário socioeconómico da ilha da Madeira e Porto Santo após o 25 de Abril, através do *Comércio do Funchal*, mais concretamente, da edição regional.

O espaço temporal deste estudo inicia-se logo após a Revolução de Abril, por ter causado uma mudança política e social em todo o Portugal, e prolonga-se até 20 de fevereiro de 1975, data da última edição regional do *Comércio do Funchal*.

O presente trabalho aborda o contexto socioeconómico anterior à revolução, de maneira a contextualizar a temática em questão, analisando na economia o setor primário, industrial e o turismo, os planos de fomento aplicados na região e a exploração/rentabilização da terra. Nos aspetos sociais, estuda as dinâmicas demográficas, a composição da população, a mortalidade, natalidade e emigrações, e por fim a educação. Passando à análise no período cronológico em estudo, este trabalho faz uma análise de como o *Comércio do Funchal* transmitia e noticiava a realidade madeirense, destacando o seu método denunciativo de comunicação, nomeadamente a denúncia laboral. Também abordamos a respetiva análise da agricultura, indústria e turismo, assim como estudasse a interpretação do jornal ao cenário social presente na região.

Devido aos aspetos económicos e sociais serem analisados com base nas representações do *Comércio do Funchal*, esta dissertação analisa a composição do jornal, salientando a sua ideologia Marxista-Leninista, sendo um aspeto preponderante na transmissão de informação e conhecimentos. Desta maneira, também consta nesta dissertação uma breve contextualização do jornal, como do movimento Marxista-leninista português.

### **Metodologias de investigação**

Para esta dissertação decidiu-se analisar o *Comércio do Funchal*. Este jornal foi analisado desde 25 de abril de 1974, devido ao tema incidir numa análise socioeconómica da Madeira após a revolução de Abril, a 20 de fevereiro de 1975, data da última edição regional.

Para obter os dados necessários, utilizou-se o Arquivo e Biblioteca da Madeira, que disponibilizou em formato digital todas as edições que pretendia analisar, tendo contabilizado 22 edições.

A análise de jornais desempenha um papel importante na compreensão das dinâmicas sociopolíticas, culturais e económicas de uma sociedade. Para conduzir uma investigação rigorosa e abrangente nesse campo, é necessário adotar metodologias de pesquisa sólidas que permitam uma análise crítica e informada. Diversas abordagens podem ser adotadas para investigar jornais, como a periodicidade, a produção, a receção, o conteúdo, discurso e enquadramento.<sup>1</sup>

Começamos pela periodicidade, um jornal, revista, catálogo ou boletim podem ser diários, semanários, mensais, anuais ou deter outro tipo de regularidade. A frequência com que algo ocorre, coloca cada nova publicação de um jornal como um elo dentro de uma sequência já formada por todas as edições anteriores e subsequentes daquele jornal ou revista. Examinar um jornal, também implica, analisar essa sequência, inserindo-o num conjunto mais amplo de maneira a possibilitar uma compreensão mais relevante.<sup>2</sup>

Relativamente à produção, como refere José D' Assunção Barros, conforme os jornais se expandem e se tornam mais industrializados, surgem editores-chefes para cada área mais especializada. Juntamente, existe ou pode existir um grupo de colaboradores estabelecidos por um número específico, os quais contribuem para o periódico com seu próprio conteúdo autoral. Essa contribuição pode ser atribuída explicitamente quando se trata de um escritor ou jornalista reconhecido, ou pode ser incorporada de forma mais difusa no texto de autoria coletiva, ao qual os repórteres regulares também contribuem. Cada um desses autores mantém as suas próprias afiliações políticas, assim como o jornal como um todo possui uma conexão política mais ampla, podendo, em certos casos, ser visto como uma entidade maior.<sup>3</sup>

Sobre a receção, para compreender adequadamente a reação que o jornal despertou é necessário considerar os tipos de leitores que tiveram acesso ao jornal. Isso implica entender a sua posição na sociedade em termos de condição social, económica, política e cultural. Devemos também analisar a sua abrangência geográfica e a sua

---

<sup>1</sup> BARROS, José D' Assunção, *Sobre o uso dos jornais como fontes históricas- uma síntese metodológica*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021, cf. (artigo científico)

<sup>2</sup> *Ibidem*, pág 409.

<sup>3</sup> *Ibidem*, pág 411.

presença nos espaços sociais. Quanto ao alcance, perceber se o periódico tem influência regional, nacional ou internacional, no que diz respeito aos espaços sociais, saber em quais contextos o jornal está a ter adesão.<sup>4</sup>

No que toca ao conteúdo, devemos considerar vários fatores, incluindo o estilo geral do jornal. Quando analisamos jornais, é importante saber se o jornal era principalmente informativo, opinativo, se tinha uma abordagem doutrinária e se adotava um estilo de oposição. Há outros aspetos a ter em conta, como o tipo de linguagem utilizada na escrita, o facto de o jornal incluir fotografias e se o jornal fazia uso de pseudónimos. Ao considerar as diversas secções de um jornal, é importante refletir sobre os aspetos formais, as estratégias discursivas e o tipo de linguagem empregada em cada uma delas. Também é válido analisar que tipo de conteúdo mais específico cada uma das secções temáticas abrange. Perceber se existem secções específicas dedicadas à política, economia, crime, cultura, entretenimento, moda ou desporto. As secções de um jornal fornecem informações importantes para o trabalho de um historiador, pois podem ser estudadas como um conjunto interconectado, explorando as suas relações mútuas, ou podem ser analisadas individualmente, dependendo do problema histórico em questão.<sup>5</sup>

Respetivamente à análise do discurso, esta abordagem explora de que maneira os periódicos moldam as visões sociais, políticas e culturais através do uso da linguagem. Investiga-se como determinados conjuntos de pessoas são retratados, como ideias são impulsionadas e como a autoridade e a ordem são expressas nas narrativas presentes no jornalismo.

Sobre o enquadramento, analisa-se as decisões dos editores, tais como títulos e organização do conteúdo, visando compreender a forma como os eventos são estruturados e compreendidos, viabilizando a identificação de diversas visões e objetivos que estão presentes na cobertura noticiosa.

Posto isto, na análise que consta neste trabalho ao *Comércio do Funchal* as metodologias utilizadas foram especificamente a análise do conteúdo, do discurso e do enquadramento.

Sobre a análise do conteúdo, foi estudado o texto, tendências e discursos dominantes. A análise de conteúdo foi qualitativa, explorando significados subjacentes e nuances discursivas.

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, pág 416.

<sup>5</sup> *Ibidem*, pág 418.

A análise do discurso, foi utilizada para interpretar os significados construídos por meio das escolhas linguísticas. Com esta metodologia pretendeu-se saber como o *Comércio do Funchal* abordava as realidades sociais, políticas e culturais por meio da linguagem.

Por fim, a análise do enquadramento concentrou-se na forma como as notícias são apresentadas ao público. Analisei as escolhas editoriais, como manchetes e estrutura de temas, para entender como os acontecimentos são moldados e interpretados, permitindo identificar diferentes perspetivas e agendas presentes na cobertura jornalística.

Relativamente à estruturação do trabalho, dividiu-se em quatro capítulos, nomeadamente e ordenadamente “Contextualização socioeconómica do Arquipélago da Madeira (1960-1974)”, “O 25 de Abril na Madeira”, “O *Comércio do Funchal*: um jornal marxista-leninista na Madeira” e “Análise do *Comercio do Funchal* ao cenário socioeconómico na Madeira”.

No primeiro capítulo, está presente uma descrição da conjuntura económica e social do arquipélago da Madeira nos último catorze anos de Estado Novo, dividindo esta análise pelas diversas secções da sociedade, nomeadamente o setor primário, setor industrial, setor turístico, a aplicabilidade dos planos de fomento na região, as dinâmicas demográficas, a composição da população, a mortalidade, natalidade, emigrações e a evolução do sistema educacional. Sobre o setor primário, aborda-se o cenário agrícola, o regime de *colônia*, a pecuária, a área florestal e a atividade piscatória. Relativamente ao setor industrial analisa-se as produções e exportações dos principais produtos da região. No que se refere ao turismo, estuda-se a sua evolução no período em questão, indicando o crescimento de infraestruturas e de empregos. Ainda no contexto económico, analisa-se os planos de fomento e a maneira como foram introduzidos no arquipélago a partir de 1960. Acerca do contexto social da região, nas dinâmicas demográficas está presente um estudo sobre o crescimento da população no período cronológico em questão. Na composição da população, aborda-se a sua constituição segundo o sexo, idade e população ativa. Ainda dentro da demografia, como o nome indica, analisa-se a mortalidade, natalidade e emigrações. Por fim, pertencendo ao primeiro capítulo consta um estudo sobre a educação do arquipélago.

No segundo capítulo, fala-se sobre o processo revolucionário da Madeira, dividindo-o em dois pontos, “Os *primeiros dias de liberdade*” e “O Decorrer do Processo Revolucionário”. Em relação ao primeiro ponto, aborda-se a chegada de Américo Tomás e Marcelo Caetano à região, as celebrações do 1º de Maio na Madeira, e o fim dos

instrumentos de repressão no arquipélago. Relativamente ao segundo ponto, destaca-se acontecimentos relevantes que ocorreram na região durante o processo revolucionário, nomeadamente a ocupação do “seminário menor” e do Centro Regional da Emissora Nacional, a criação da União do Povo da Madeira, os atentados por parte da Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (FLAMA), a ação política da igreja madeirense e as movimentações populares em Machico.

No terceiro capítulo, analisa-se a composição do jornal e a sua ideologia. Desta maneira este capítulo encontra-se dividido em dois pontos, nomeadamente “O *Comércio do Funchal*: uma breve caracterização” e “A ideologia Marxista-Leninista”. No que se refere ao primeiro ponto fala-se brevemente da sua história e fundação, e mais detalhadamente da sua estrutura e conteúdo, abordando as suas diversas rúbricas. Sobre o segundo ponto, como o nome indica, analisa-se a influência que a ideologia detinha no jornal e a história do movimento Marxista-Leninista português, tornando mais esclarecedor o conteúdo específico do *Comércio do Funchal*.

Por fim, no quarto capítulo, está presente uma análise do setor socioeconómico da região através do jornal. Dito isto, o capítulo divide-se em três pontos, “Denúncia laboral”, “Análise Económica” e “Análise Social”. Relativamente ao primeiro, analisa-se as entrevistas que o *Comércio do Funchal* partilhava sobre a realidade laboral de diversos setores, como também os artigos dedicados a salientar a importância de greves e manifestações de funcionários nos mais variados setores. Sobre o segundo, de maneira a fazer uma análise económica completa subdivide-se em três subpontos, “A Agricultura”, “A Indústria” e o “O Turismo”, abordando como o jornal tratava estes setores da economia madeirense. Em relação à “Análise Social”, aborda-se a descrição que o jornal fazia das diversas localidades madeirenses, através dos seus artigos e entrevistas com os locais, onde revelam a qualidade de vida da população na região.

### **Corpus documental selecionado**

Tendo em conta que irei investigar o cenário socioeconómico na Madeira após 25 de Abril através das representações do *Comércio do Funchal*, a fonte que irei utilizar é o próprio jornal, mais concretamente a edição regional.

Era seu proprietário João Carlos de Veiga Pestana e, inicialmente, foi dirigido por Vicente Jorge Silva. Uma vez que o *Comércio do Funchal* era um semanário, e a minha investigação começa a partir do 25 de Abril, a primeira edição a ser consultada saiu no 1º de Maio de 1974. Após este marco histórico, a redação do jornal consistia em críticas ao

antigo regime e à sociedade dele herdada, concentrando-se na propagação de ideais que fomentavam uma mudança drástica no cenário político económico e social na região da Madeira, em Portugal Continental e nas antigas colónias. Estas ideias procuravam valorizar a classe operária, explorada, na sua ótica, pelos interesses do patronato.

Devido à sua vasta procura e à grande afluência de acontecimentos que marcaram Portugal depois da queda do antigo regime, o *Comércio do Funchal* anunciou a 9 de maio de 1974 que haveria de ter duas edições semanais: uma edição regional e outra para Portugal Continental, servindo dois propósitos distintos. Considerando que a minha temática é sobre a Madeira, a edição que foi analisada neste trabalho foi a regional. Esta edição, por vezes designada por separata, abordava o contexto político, laboral e social da ilha da Madeira e Porto Santo. Nesta edição os redatores comprometiam-se especialmente a ser os mensageiros ativos dos operários madeirenses.

Para a elaboração desta dissertação foram consultadas um total de 22 edições, tendo iniciado como já referido no 1 de Maio de 1974 e terminado com a edição de 20 de fevereiro de 1975, última edição da separata regional.

## **Objetivos e Questões de Investigação**

No âmbito desta pesquisa, os objetivos visam atingir metas cruciais para a compreensão do período posterior à Revolução de 25 de Abril de 1974 na Madeira, tendo como foco principal a análise do *Comércio do Funchal* e as suas representações durante essa fase histórica. Paralelamente, pretende-se interpretar o panorama socioeconómico da Madeira, traçando um retrato fiel das circunstâncias vigentes na época. Também se realiza uma análise da ideologia do jornal e a sua relevância nos últimos anos do Estado Novo e durante o Processo Revolucionário. Esta pesquisa histórica é fundamentada em questões relevantes, que se relacionam intrinsecamente com o contexto socioeconómico da região e o papel que o *Comércio do Funchal* desempenhou na sua caracterização, além da influência exercida pela ideologia Marxista-Leninista. Nesse contexto, emergem quatro questões como guias fundamentais para esta investigação.

Primeiramente, indagamos sobre a caracterização das ilhas da Madeira e Porto Santo nas vésperas e na sequência do 25 de Abril, abrangendo aspetos demográficos, económicos e sociais.

Segundamente, questionamos sobre qual era a perspetiva do *Comércio do Funchal* em relação ao cenário económico e social da Madeira.

Em terceiro lugar, interrogamo-nos sobre a abordagem do jornal em relação à situação laboral na região.

Por fim, questionamos sobre a importância da ideologia Marxista-Leninista nas interpretações do *Comércio do Funchal*.

### **Pertinência do Projeto no Panorama Historiográfico**

O *Comércio do Funchal* foi um jornal de referência, com circulação não só no Arquipélago da Madeira, mas também no continente e nas antigas colónias portuguesas. Foi um jornal de impacto no final do Estado Novo, devido a ser um semanário de oposição, afeto ao Marxismo-Leninismo. Após o fim do regime, distinguiu-se pelo seu empenho em abordar as matérias mais relevantes da Madeira e de Portugal Continental, assim como pela sua forte aposta no noticiário internacional.

Por fim, é um projeto pertinente devido ao facto deste trabalho poder contribuir para a divulgação da história da imprensa madeirense, dando a conhecer o notável trabalho jornalístico e ideológico que se presenciou no *Comércio do Funchal*. Tendo em conta que, a história da imprensa independente do Arquipélago da ilha da Madeira não está muito investigada e divulgada, principalmente a que se encontra neste quadrante político, deverá trazer certamente um bom contributo para futuros estudos.

### **Estado da Arte**

O 25 de Abril de 1974 tem sido um objeto de estudo de uma vasta investigação, por representar uma revolução que destituiu um governo que durante quase meio século comandou Portugal e por ter sido o início de um processo de mudanças políticas, económicas e sociais.

Na Madeira, mais concretamente, têm surgido alguns estudos sobre esta revolução. No entanto é importante procurar sempre acrescentar mais informação e desenvolver investigação mais aprofundada sobre este tema, possibilitando o surgimento de novas perspetivas que permitam uma ideia cada vez mais clara daquilo que foi a Revolução do 25 de Abril na região.

Posto isto, e tendo em conta que o desenrolar da revolução e o clima político tenso que adveio já foi abordado em diversas perspetivas, considere relevante desenvolver uma investigação que expusesse o contexto socioeconómico da Madeira nesta altura, marcada pela presença de constantes mudanças e instabilidade. Assim, foi decidido analisar a visão do *Comércio do Funchal*. Este jornal, conhecido pela sua ideologia marxista-leninista,

destacado pela defesa da classe operária, apesar de estar presente em vários estudos, até à data desta dissertação, ainda não consta como foco principal de uma investigação.

Passando agora para o tema mais concretamente, foi possível observar que uma maior afluência de estudos sobre a situação socioeconómica na Madeira começou a surgir a partir do início dos anos 2000. Estes mesmos estudos abordavam temas como a evolução da economia, a análise demográfica, a emigração, a exploração da terra, entre outros.

Relativamente à economia, é de salientar o estudo de João Abel de Freitas, *A Madeira Nos tempos de Salazar a Economia 1926-1974*<sup>6</sup>, que analisa, detalhadamente a evolução da economia na Madeira nos diferentes setores, nomeadamente o primário, o industrial e o turismo, durante o Estado Novo. Nesta investigação João Abel de Freitas estuda simultaneamente os Planos de Fomento e a sua respetiva aplicabilidade na região. Dando seguimento ao tópico dos planos de Fomento, Joaquim Manuel Croca Caeiro investiga aprofundadamente, no seu trabalho *Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra*<sup>7</sup>, em que consiste cada plano e as suas causas, assim como a respetiva aplicabilidade e quais os resultados.

Sobre a análise demográfica, o estudo de Isabel Tiago de Oliveira, *O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011*<sup>8</sup>, aborda de maneira concisa e global as dinâmicas populacionais da região entre finais do século XIX e a primeira década do século XXI. Isabel de Oliveira procura com este trabalho captar a momentos chave do processo de transição demográfica na Madeira, e, simultaneamente, a evolução da emigração oriunda da região.

Ainda dentro da emigração, Joselin da Silva Nascimento analisa o processo emigratório madeirense para Venezuela, um dos seus principais destinos. Na sua dissertação de mestrado, “*Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1970)*”<sup>9</sup>,

---

<sup>6</sup> FREITAS, João Abel de, *A Madeira Nos tempos de Salazar a Economia 1926-1974*. Lisboa: Colibri, 2015.

<sup>7</sup> CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, *Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra*. Porto: Universidade Lusíada, 2005.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Isabel Tiago de, “O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011”, in SANTOS, Carlota, MATOS, Paulo Teodoro de (coord), *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, 2013.

<sup>9</sup> NASCIMENTO, Joselin da Silva do, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1970)*. Funchal, Universidade da Madeira, 2009. (dissertação de mestrado).

investiga duas fases de emigração, a primeira, de 1940 a 1960 e a segunda de 1961 a 1974. Neste trabalho, Joselin da Silva Nascimento desenvolve os motivos que levaram a comunidade madeirense a emigrar para este respetivo país, os contributos que deram para o desenvolvimento da economia da Venezuela, a sua adaptação no novo destino e o regresso de alguns emigrantes.

Respetivamente à exploração da terra, destaca-se a investigação de João Palla Lizardo, “*A exploração da terra sobre o regime da colonia no arquipélago da Madeira*”<sup>10</sup>, onde analisa o regime de exploração da terra praticado na região, designado por *colonia*. Nesta investigação, Lizardo analisa em que consistia este regime e a sua evolução, destacando a rivalidade entre caseiros e senhorios e as consequências que este tipo de exploração trouxe para a paisagem rural madeirense.

De forma a perceber as interpretações do *Comércio do Funchal* sobre a realidade socioeconómica da Madeira, é necessário analisar a ideologia deste jornal, que influenciava de maneira incisiva e constante na divulgação do seu conteúdo informativo. Desta maneira, surge dois estudos cruciais para a interpretação da ideologia Marxista-leninista em Portugal, nomeadamente o de Miguel Cardina, “*Margem de certa maneira - O maoísmo em Portugal: 1964-1974*”<sup>11</sup>, e de Jorge Filipe Figueiredo Fontes, “*A esquerda à esquerda de Cunhal (1964-1974)*”<sup>12</sup>.

Na investigação de Miguel Cardina, consta um estudo sobre o surgimento do maoísmo e o impacto que esta corrente política teve em Portugal, analisa as diferentes organizações dentro deste corpo ideológico começando pela Frente de Ação Popular e pelo Comité Marxista-Leninista Português, em 1964, fundados por teóricos e políticos que se apresentavam como alternativos ao enquadramento do Partido Comunista Português. Contém, simultaneamente nesta investigação, uma análise da China de Mao

---

<sup>10</sup> LIZARDO, João Palla, “*A exploração da terra sobre o regime da colonia no arquipélago da Madeira*”, in *Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios Ultramarinos Europeus*, CEHC, ISCTE-IUL, 2014.

<sup>11</sup> CARDINA, Miguel, *Margem de certa maneira - O maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Coimbra, Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 2010. (Tese de doutoramento).

<sup>12</sup> FONTES, Jorge Filipe Figueiredo, *A esquerda à esquerda de Cunhal (1964-1974)*. Lisboa, Universidade Nova, 2009. (dissertação de mestrado).

Tsé Tsung e do seu caráter mobilizador, estudando o modo como o maoísmo estruturou uma imagem da classe operária e as aptidões políticas que nasceram com esse movimento.

Na dissertação de Jorge Filipe Figueiredos Fontes, à semelhança de Miguel Cardina, também estuda o surgimento da denominada esquerda “radical” em Portugal, começando pela cisão maoísta do Partido Comunista Português e prosseguindo para a explicação das multiplicações desta corrente ideológica. É presente neste estudo um enquadramento do contexto português a nível internacional e uma análise de como este fenómeno moldou a oposição antifascista. Por fim, explica, simultaneamente, as características principais dos diferentes grupos dentro desta ideologia nos últimos anos do Estado Novo.

Para realizar uma análise adequada desta temática é necessário compreender o período cronológico em questão na respetiva região, mais concretamente os meses que sucederam ao 25 de Abril na Madeira. Para isto, a tese de doutoramento de Lino Bernardo Calaça Martins, “*O 25 de Abril na Madeira, Tensões sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional*”<sup>13</sup>, permite uma perceção pormenorizada deste período. Neste trabalho, Bernardo Martins aborda as causas, movimentações e as consequências do 25 de Abril na Madeira, analisando diversas áreas da realidade insular, nomeadamente a situação na véspera da revolução, a receção da população aos primeiros dias após a queda do regime e as alterações ocorridas no setor primário, secundário e terciário. Consta também na sua tese, uma análise ao papel das associações, movimentos e partidos políticos, as mudanças nas instituições administrativas e também das tensões e conflitos à volta da autonomia e separatismo, aos olhos da imprensa madeirense.

Ainda sobre o período que sucedeu ao 25 de Abril na Madeira, o livro “*Achas na Autonomia*”<sup>14</sup>, de Luís Calisto, dá-nos uma informação completa e ordenada dos principais acontecimentos que marcaram a realidade madeirense, explicando-os e contextualizando a sua importância no decorrer da revolução insular.

---

<sup>13</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “*O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional*”. Universidade da Madeira, 2022, pág 112. (tese de doutoramento).

<sup>14</sup> CALISTO, Luís, *Achas na autonomia*. Funchal, Diário de Notícias do Funchal, 1995.

## Motivação e dificuldades

O interesse por este tema provém da atração pela época em questão e da curiosidade sobre o impacto que a imprensa e os meios de comunicação podem ter na sociedade.

Contudo, e indo por ordem, o que me fez primeiramente escolher este tema foi saber que o jornal teve uma grande atividade e notabilidade no pós-25 e no Processo Revolucionário em Curso. Um período de profunda mudança política, económica e social.

Outro motivo que fez com que optasse por este tema, foi o facto de o *Comércio do Funchal* ter sido fundado e ter contado com o trabalho de jornalistas notáveis, impulsionadores da liberdade de imprensa. Foi neste jornal que muitos iniciaram o seu trabalho jornalístico, evoluindo, para que posteriormente suas ações mudassem a maneira de fazer jornalismo em Portugal.

Por fim, um motivo que também me despertou interesse foi o facto de ter sido um jornal madeirense, e ter como seu principal público-alvo a comunidade da ilha da Madeira. É admirável saber que “o jornal-cor-de-rosa”<sup>15</sup>, tendo nascido na ilha da Madeira, tornou-se um dos mais populares e vendidos em todo Portugal, exportando até para as antigas colónias, e claro juntando o facto de ter sido neste jornal que muitas personalidades madeirenses se deram a conhecer.

Relativamente às dificuldades, a elaboração de uma dissertação de mestrado incide numa investigação laboriosa e exigente, necessitando de bibliografia específica para introduzir e contextualizar a temática. Dito isto, e considerando que a minha formação anterior difere da área do meu mestrado, considerei um desafio estar a par da temática e encontrar os estudos adequados para fins da investigação.

Por sua vez, também foi desafiante dominar os métodos para a construção da dissertação e posteriormente redigi-la, isto por falta de experiência na elaboração de trabalhos de investigação nesta área específica.

---

<sup>15</sup> Nome usado para se referir ao *Comércio do Funchal* devido a cor característica do seu papel.

## Capítulo 1 – Contextualização socioeconómica do Arquipélago da Madeira (1960-1974)

### 1. Os setores económicos do Arquipélago da Madeira

O cenário económico do arquipélago da Madeira nos últimos quatorze anos do Estado Novo é marcado por escassez de recursos, por uma significativa parte da população a viver na pobreza, e por irregularidades na planificação da economia.<sup>16</sup> Contudo, também foi neste período que se inaugurou os dois aeroportos, o do Porto Santo em agosto 1960, e o da Madeira em julho de 1964, que foram os acontecimentos mais expressivos e significantes para a economia do arquipélago na década de sessenta. A par destas inaugurações, surgiu a Indústria de Laticínios da Madeira, que permitiu uma reestruturação do setor dos laticínios. Estes anos foram marcados, também, por um forte crescimento do turismo, evoluindo, a região, para uma plataforma internacional.<sup>17</sup>

No entanto, como nos elucida João Abel de Freitas, estes projetos de desenvolvimento económico não assentaram num modelo que tivesse em consideração os fatores naturais e específicos da Madeira. Como por exemplo, a falta de preparação das pessoas em lidar com novas tecnologias e a enquadrar-se com o exterior.<sup>18</sup>

Dito isto, irá constar neste trabalho uma análise detalhada do setor primário, abordando o cenário agrícola, o regime de *colônia*, a pecuária, a área florestal, e a atividade piscatória. Fala-se do setor industrial, fazendo uma análise das produções e exportações dos principais produtos da região. Analisa-se, também, a evolução do turismo na Madeira, pormenorizando o crescimento de infraestruturas e de postos de emprego. Estuda-se ainda dentro do aspeto económico, os planos de fomento que entraram em vigor a partir de 1960 na região, analisando a suas interpretações e atuações no cenário socioeconómico do arquipélago.

Sobre o contexto social da região, este estudo contém uma análise das dinâmicas demográficas; da composição da população segundo a idade, sexo e população ativa; da mortalidade, natalidade e emigrações, e também da evolução do setor educacional.

---

<sup>16</sup> FREITAS, João Abel de, *A Madeira Nos tempos de Salazar a Economia 1926-1974*. Lisboa: Colibri, 2015, cf.

<sup>17</sup> *Ibidem*, pág 107.

<sup>18</sup> *Ibidem*, pág 107.

## 1.1. Setor Primário

O peso do setor primário foi preponderante ao longo da história social da Madeira. Culturas como os cereais, a cana-de-açúcar, a vinha e a banana caracterizaram a paisagem da Madeira e marcaram o desenvolvimento do arquipélago. Juntando a este cenário culturas com a do vime, as hortícolas, o gado, a pesca e a floresta, é possível obter uma perspetiva do setor primário e o seu impacto socioeconómico na população madeirense. O setor primário do arquipélago da Madeira é caracterizado e condicionado por variados aspetos, sendo os principais: orografia variável, especialmente na ilha da Madeira; clima favorável em termos de temperatura, mas com períodos alongados de seca no verão, principalmente em Porto Santo, onde a escassez de água condiciona a agricultura local; solos de boa aptidão agrícola, possibilitando uma considerável gama de culturas, mas com quantidades limitadas devido à orografia do terreno; grandes áreas de terreno em zonas difíceis, dificultando o desenvolvimento da agricultura.<sup>19</sup>

Sobre a agricultura, o arquipélago da Madeira refletia um cenário rural arcaico e desatualizado, baseado em técnicas rudimentares resultantes do conhecimento empírico da população. A região estava estagnada pelo regime de *colônia*, com exceção de algumas propriedades médias de bananeiras ou vinhas. A população distribuída por minifúndios encontrava-se reduzida a produções de subsistência, apesar da ilha exportar quantias relevantes de vinho e banana.<sup>20</sup> Não foi aplicada nenhuma medida coerente e eficaz pelo Estado Novo para fazer face a esta realidade. Como nos explica Rui Nepomuceno, o governo criou a 27 de maio de 1946 a Junta de Colonização Interna, com a intenção de adquirir lotes de terrenos aos proprietários absentistas, para posteriormente os vender aos agricultores, que pagariam em prestações durante trinta anos. No entanto, apenas se realizou uma negociação relevante, em 1955, na freguesia da Ponta Delgada, onde foram adquiridos 133 pequenos terrenos que estavam em regime de *colônia*.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> VIEIRA, Rui; FREITAS, João Abel de, in *A Madeira na História, Escritos sobre Pré-Autonomia*. Lisboa: Âncora, 2008, pág 151.

<sup>20</sup> NEPOMUCENO, Rui, *Historia da Madeira- Uma Visão Atual*. Porto: Campo das Letras, 2006, pg 388.

<sup>21</sup> *Ibidem*, pág 390.

Relativamente a economia agrícola na Madeira no início da década de sessenta, a percentagem de trabalhadores no setor agrícola a trabalhar por conta de outrem, segundo consta no livro de João Abel de Freitas, era de 74,5%.<sup>22</sup> Uma percentagem que reflete a predominância do regime *colônia* no contexto agrícola madeirense, que será explicado detalhadamente mais à frente neste trabalho. Este tipo de trabalho rural era um reflexo do baixo nível de vida que a população madeirense enfrentou durante séculos e que persistia no século XX, que exprimia um desenvolvimento capitalista escasso e insuficiente:

“Tudo isto significa, por outro lado, que estamos perante uma realidade em que o próprio capitalismo no setor primário se encontra insuficientemente desenvolvido, com muitas características ainda tipo feudal”.<sup>23</sup>

No que se refere aos anos de 1970, a região apresenta uma gradual diminuição da mão de obra disponível, em consequência das emigrações e da guerra colonial, assim como a diminuição das produções das culturas dominantes. A produção de cana-de-açúcar entrou em crise, devido a não ser fiável financeiramente e por deter métodos antiquados de produção. No entanto, o mais prejudicial foi a queda dos rendimentos associados à produção de banana. Justificada, em grande parte, pela falta de competitividade desta mesma em Portugal continental, que a substituiu por banana proveniente de outros países a preços mais acessíveis. É de constatar que a falta de recursos logísticos e estruturais dificultava a exportação, e assim, os rendimentos dos agricultores como os dos exportadores:

“Mas a calamidade maior que havia de cair sobre a já depauperada agricultura madeirense surgiu em dezembro findo, quando os exportadores fizeram publicar anúncios pelos quais avisavam que não poderiam pagar mais de 1\$20 por quilo de banana em cachos de 17 quilos, preço este verdadeiramente ruinoso para o agricultor”.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> FREITAS, João Abel de, *A Madeira Nos tempos de Salazar a Economia 1926-1974*. Lisboa: Colibri, 2015, pág 110.

<sup>23</sup> *Ibidem*, pág 109.

<sup>24</sup> *Ibidem*, pág 131.

No que diz respeito à pecuária, este setor representava uma atividade de pequena dimensão na Madeira, com uma ou duas cabeças de gado bovino por criador, existindo 20831 cabeças em 1965 e 23312 em 1973, não produzindo quantidades de carne e de leite para o consumo local. Relativamente ao gado suíno, eram cerca de 16754 animais em 1965 e 26578 em 1973, o caprino e ovino cerca de 30000 das duas espécies, a sua criação destinava-se sobretudo ao consumo próprio das famílias e também à produção de estrume. De constatar que muitos destes animais eram criados em plena liberdade nas serras da Madeira e Porto Santo, causando prejuízos para a conservação da natureza e ambiente.<sup>25</sup>

No que concerne à superfície florestal indígena é caracterizada, essencialmente, pela Laurisilva. Dela é possível extrair, uva-da-serra, amoras de silva, baga de louro, e alguma madeira.

A superfície florestal cultivada na ilha da Madeira é coberta, sobretudo, por pinheiro-bravo, espécie com algum interesse económico, eucalipto, acácias, castanheiro, que obtém boas produções de castanha para o mercado local, e nogueira. Já Porto Santo não tem floresta indígena, que deverá ter sido dominada por dragoeiros e zambujeiros. A sua floresta cultivada é, principalmente, o pinheiro-de-alepo, introduzida na ilha devido ao esforço dos Serviços Florestais, especialmente a partir de 1955.<sup>26</sup>

Acerca da atividade piscatória, detinha um formato artesanal, não tendo sido uma área de investimento público e privado suficientes para a sua respetiva modernização. A região é conhecida pelo atum e pela espada-preta, espécies emblemáticas que enriquecem a gastronomia madeirense. As outras espécies pescadas nos mares da Madeira e consumidas regionalmente são, sobretudo, cavala e chicharro, cujas capturas entre 1973-1984 eram de 868 toneladas por ano e 1132 toneladas por ano respetivamente. Esta atividade localizasse maioritariamente em Câmara de Lobos, Machico e Caniçal.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> VIEIRA, Rui; FREITAS, João Abel de, in *A Madeira na História, Escritos sobre Pré-Autonomia*. Lisboa: Âncora, 2008, pág 160.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pág 161-162.

<sup>27</sup> *Ibidem*, pág 163-164.

### 1.1.1- A Exploração da terra no Arquipélago da Madeira – o regime de *colônia*

Durante vários anos a exploração da terra na Madeira realizava-se através de um regime designado por *colônia*. Este regime é definido por um contrato em que uma das partes, o colono, tem a obrigação de tornar um terreno por explorar apto para a agricultura, tendo direito assim, aos melhoramentos consequentes da sua ação. Por outro lado, o colono deverá entregar ao proprietário uma parcela da produção, não tendo contribuído este para as despesas da exploração e produção. Ao proprietário também é possível rescindir o contrato a qualquer altura, não necessitando de justificação, apenas tem a obrigação de pagar ao colono o valor da transformação do terreno.<sup>28</sup>

Segundo João Lizardo, acredita-se que a *colônia* teve origem no século XVII, devido ao desaparecimento de uma agricultura que tinha como objetivo o mercado de açúcar, assente na mão de obra escrava. Assim sendo, a *colônia* surgiu como forma de reparar os custos que as mudanças culturais causaram.<sup>29</sup> Este sistema atingiu o seu apogeu em meados do século XVIII, muito associado à expansão da vinha. No entanto, as suas particularidades só ganhariam maior relevo no decorrer do século XIX até à sua extinção legal por diploma em 1977.<sup>30</sup>

O regime *colônia* correspondia a uma relação jurídica baseada no direito consuetudinário, tendo assim, escassa intervenção legislativa. Devido à flexibilidade que resultava da falta de normas escritas, o sistema alterou-se ao longo do tempo. Começando por desaparecer o desbravamento das terras como requisito, devido a desaparecerem espaços que ainda necessitassem dessa atividade. Também a posse continuada dos terrenos pelos colonos fez aumentar as suas expectativas, passando a partir do século XVIII a contestarem empenhadamente as condições que estavam sujeitos.<sup>31</sup>

A primeira alteração significativa ao propósito inicial da *colônia* surgiu na primeira metade do século XIX. Devido ao carácter vinculado das suas propriedades, os colonos

---

<sup>28</sup> LIZARDO, João Palla, “A exploração da terra sobre o regime da *colônia* no arquipélago da Madeira”, in *Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios Ultramarinos Europeus*, CEHC, ISCTE-IUL, 2014, pág 146.

<sup>29</sup> *Ibidem*, pág 146.

<sup>30</sup> *Ibidem*, pág 146.

<sup>31</sup> *Ibidem*, pág 146.

estavam impossibilitados de acederem a um crédito bancário para construírem habitação, pois estas mesmas não poderiam ser oferecidas como garantia. Consequentemente esta situação resultou numa divisão fictícia do terreno, originando situações em que a “nua-terra” (terreno rural livre de infraestrutura habitacional pertencente a um senhorio) e “benfeitoria” (terreno com habitação pertencente a um senhorio) eram utilizadas separadamente pelo mesmo colono, de maneira a terem uma parte do terreno a servir de habitação e outra de local de trabalho.<sup>32</sup>

Contudo, o primeiro Código Civil, que entrou em vigor em 1867, colocou em risco este regime, impondo como regra o conceito de propriedade perfeita. Desta maneira, os tribunais superiores, desconhecendo a realidade madeirense, não reconheceram o valor jurídico à *colônia*. Para fazer face a este problema, os senhorios tentaram alterar a designação de *colônia*, passando esta a se chamar por “parceria agrícola”. Contudo, o peso da tradição, e uma designação que levou os colonos a achar que lhes iria ser desfavorável, fez com que esta ideia fracassasse.<sup>33</sup> No entanto, o fisco, pretendendo arrecadar mais impostos, a partir de 1885, começou a equiparar a posição de um colono a de um proprietário, considerando desta forma a “benfeitoria” como uma propriedade.<sup>34</sup>

Sendo assim, ao iniciar o século XX, o conceito de “benfeitoria” estava nivelado ao de propriedade, sobre tudo o que materialmente existia no terreno, inclusivamente os que não fizessem parte de alguma atividade agrícola. Os terrenos, por sua vez, passaram a ser transacionados, e nalguns casos até com inscrição no registo predial. Todavia, continuava a existir a possibilidade de o senhorio despejar livremente o colono, mediante a obrigatoriedade do pagamento da “benfeitoria”.<sup>35</sup>

Porém, foi a necessidade de habitação da população madeirense que mais distanciou o regime *colônia* das suas características iniciais. Em muitos casos era a única forma de as pessoas terem acesso a um terreno para a construção de uma habitação.

Generalizou-se assim, situações em que o colono tinha a sua habitação no terreno do senhorio, sendo a atividade agrícola residual ou inexistente.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, pág 146.

<sup>33</sup> *Ibidem*, pág 147.

<sup>34</sup> *Ibidem*, pág 147.

<sup>35</sup> *Ibidem*, pág 147.

<sup>36</sup> *Ibidem*, pág 148.

O regime da colónia fez surgir a necessidade de habitação por parte do colono, responsabilidade esta do senhorio, que gerou impasses pois, por vezes, a casa ocupava parte do terreno que era utilizado para a agricultura e era difícil conseguir quem estivesse disposto a trabalhar num pequeno espaço, sem ter direito a habitação por perto que permitisse trabalhar a qualquer hora do dia.

“Existiam até atividades que se tornavam impossíveis, como a rega, que se realizava a qualquer hora da noite e se tornava inviável se o agricultor não morasse nas imediações do lanço da levada que a viabilizava.”<sup>37</sup>

Isto obrigava o senhorio a autorizar habitação, por vezes improvisada, gerando diversos condicionamentos em torno da dificuldade do colono de ter uma habitação adequada, sendo muitas vezes construída com materiais menos apropriados, como a palha, a utilização de cavidades rochosas e a construção em compartimentos distintos, tudo isto impedindo, na grande maioria das vezes, do colono poder usufruir de uma habitação que proporcionasse o básico para viver. Estas condições eram exigidas pelo senhorio com consequência de despejo em caso de incumprimento.<sup>38</sup>

“Os caseiros, amarrados aos seus tugúrios, umas paredes de pedra solta, cobertas de palha velha e podre, estavam impedidos de transformá-los num coberto em cimento amarrado, ou acrescentar-lhes uma pequena cozinha, para garantir refeições quentes no inverno, imposição intransigente do senhorio sob pena de despejo.”<sup>39</sup>

Os colonos viviam, por isso, em condições inapropriadas, onde o senhorio o explorava, com o objetivo de mantê-lo dependente do pouco que lhe era dado. Para além disto, muitas vezes eram-lhes retiradas a água de rega, que seria depois vendida a outro

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, pág 148.

<sup>38</sup> *Ibidem*, pág 149.

<sup>39</sup> TAVARES, Mário, “A colónia e os senhorios”, in *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira, O Processo de Extinção da Colónia*, João Lizardo (cord.) Edições Afrontamento, 2009, pág 32.

agricultor, com o objetivo de obter mais lucro, obrigando o colono a trabalhar com poucos recursos.

No entanto, o colono procurava reagir, pretendendo evitar o despejo imposto pelo senhorio em caso de incumprimento, como por exemplo o aumento da “benfeitoria”, procurando tornar o seu valor demasiado elevado para o senhorio. Por vezes, eram também construídos muros que fragmentavam os espaços destinados à agricultura. Isto fazia com que os senhorios se queixassem constantemente, acusando-os de quererem aumentar o valor a receber em caso de despejo.<sup>40</sup>

Por outro lado, não será correto afirmar que o único motivo destas construções estava em dificultar a expulsão do colono pelo senhorio. Obras indicam também que, no caso da cultura da vinha, originava períodos de pausa para os agricultores, que por vezes eram aproveitados para procurar dar produtividade ao terreno de outra forma, mesmo que, em algumas situações, a produtividade gerada não fosse favorável. No entanto, o madeirense muitas vezes construía terraços que permitiam o aproveitamento agrícola em sítios de grande dificuldade, de solo rochoso, permitindo a produção agrícola.<sup>41</sup>

Com o 25 de Abril, terminou a distinção entre o colono e o senhorio, com os primeiros a proclamarem os seus direitos e a fazerem novas exigências. Começaram a reparar as suas casas de acordo com as suas necessidades, acabaram com a repartição das colheitas e expuseram os senhores pela constante exploração a que os sujeitavam. Tudo isto foi conseguido através de um processo longo, que incluiu, entre muitas outras coisas, reuniões das comissões com os órgãos governativos, que visavam o reconhecimento dos direitos dos caseiros, lutando por causas como a entrega da cana-de-açúcar, banana e vinho em nome do caseiro produtor e não do senhorio.<sup>42</sup>

A relação entre os colonos e senhorios era principalmente estabelecida através de “contratos de meias perpétuos”, que exigia o pagamento de metade da colheita, na grande

---

<sup>40</sup> LIZARDO, João Palla, “A exploração da terra sobre o regime da *colônia* no arquipélago da Madeira”, in *Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios Ultramarinos Europeus*, CEHC, ISCTE-IUL, 2014, pág 150.

<sup>41</sup> BRANCO, Jorge Freitas, “O Homem e o Ambiente: Sobre os Fundamentos Ecológicos”, in *Camponeses na Madeira*. Lisboa: Edições D. Quixote, 1987, pág 21-45.

<sup>42</sup> TAVARES, Mário, “A colónia e os senhorios”, in *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira, O Processo de Extinção da Colónia*, João LizarDO (cord.) Edições Afrontamento, 2009, pág 32.

maioria das vezes, estando o colono também responsável por outras funções necessárias ao seu trabalho:

“Os colonos ainda tinham de pagar galinhas, prestar serviços, como transportar colheitas ao lagar ou à eira e censos especiais, constituídos por certas partes dos animais que abatiam.”<sup>43</sup>

Estes mesmos contratos estavam dependentes de fatores como a localização da herdade, preço da mão de obra, facilidade da comercialização da produção, tipo de cultura, entre muitos outros. Tudo isto era tido em conta antes de formar qualquer tipo de parceria, fosse de prazo limitado, arrendamento clássico ou perpétuo. Quando os contratos terminavam, vinham então os novos colonos a cargo do senhorio, sendo que, em caso de benfeitoria do colono anterior, o senhorio tinha de indemnizá-lo com os respetivos custos da benfeitoria. Para isto, por vezes o senhorio fazia com que o novo colono lhe pagasse as benfeitorias feitas pelo colono anterior, comprometendo-se a pagar o valor que tinha sido adiantado, mais o valor de possíveis benfeitorias que fossem feitas. No entanto, estas obrigações foram desaparecendo com o tempo. Caso o colono não conseguisse pagar as benfeitorias, ficava a dever com juros e capital ao senhorio. No entanto, estes contratos foram sofrendo várias alterações ao longo dos vários anos.<sup>44</sup>

“Com o tempo, esta obrigação dos senhorios pagarem todas as benfeitorias, consideradas úteis e necessárias, aos colonos foi-se diluindo. Quando os colonos entram na posse da terra passam a ter que pagar as benfeitorias aí existentes, quer ao colono que saía quer ao senhorio, e o ciclo repetia-se.”<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> SOUSA, João José Abreu de, *História rural da Madeira: a colónia*. Edição Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1994, pág 169.

<sup>44</sup> LIZARDO, João Palla, *A exploração da terra sobre o regime da colónia no arquipélago da Madeira*, in *Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios Ultramarinos Europeus*, CEHC, ISCTE-IUL, 2014, pág 150.

<sup>45</sup> SOUSA, João José Abreu de, *História rural da Madeira: a colónia*. Edição Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1994, pág 174.

## 1.2 Setor Industrial

Segundo Rui Nepomuceno, o setor industrial na ilha da Madeira era praticamente inexistente, devido a não ter sido implementada nenhuma medida pelo Estado Novo para impulsionar a produção através da industrialização. Considera que as próprias atividades regionais, como os bordados e os vimes, necessitavam de uma renovação que não se realizou. Sobre outras empresas, afirma que estavam mal equipadas tecnologicamente e com operários mal remunerados:

“De resto, nos outros setores, as poucas empresas que operavam estavam pulverizadas e mal apetrechadas tecnologicamente, e os seus operários recebiam salários de terceiro mundo, não beneficiando de qualquer política de formação profissional...”<sup>46</sup>

Por outro lado, João Abel de Freitas assinala que o setor industrial madeirense inicia a década de sessenta com resultados positivos. Afirma que no setor das borrachas a Madeira possuía três fábricas, a *Victoria*, a *Triunfo*, e a *Leacock*, sendo a última considerada a melhor a nível do país na sua gama de fabricos. De destacar, que a principal atividade destas fábricas estava direcionada para a recauchutagem de pneus.<sup>47</sup>

Sobre os bordados, João Abel de Freitas transmite-nos que o valor de exportação em 1960 foi de 176932,5 contos, tendo sido superior em cerca de 10000 contos ao ano anterior. Destaca, inclusive, o facto de a exportação de tapeçarias começar a ganhar significado. No final da década constata-se uma diminuição nas exportações de bordados, atingindo os 150000 contos em 1969.<sup>48</sup>

Acerca dos laticínios, é de salientar o surgimento da Indústria de laticínios da Madeira, após alguns adiamentos, a 1971. Anteriormente o leite era transportado pela União das Cooperativas, tendo em 1968 transformado cerca de 11 milhões e meio de litros de leite, tendo pago aos produtores 17 390 contos. Produziu também, 668 toneladas de

---

<sup>46</sup> NEPOMUCENO, Rui, *Historia da Madeira- Uma Visão Atual*. Porto: Campo das Letras, 2006, pág 389.

<sup>47</sup> FREITAS, João Abel de, *A Madeira Nos tempos de Salazar a Economia 1926-1974*. Lisboa: Colibri, 2015, pág 111.

<sup>48</sup> *Ibidem*, pág 111-112.

manteiga, exportando para Lisboa 134,8 toneladas e para as colónias portuguesas 35 toneladas.<sup>49</sup>

Relativamente às exportações de vime, é possível constatar um aumento gradual e significativo. Em 1962, o valor da sua exportação foi cerca de 33500 contos, já em 1969 apresentou um valor de exportação de 70628 contos.<sup>50</sup>

### 1.3 Turismo

O setor turístico na ilha da Madeira começou a se desenvolver em 1964, ano da inauguração do aeroporto madeirense. Até esta data, a afluência do turismo da Madeira estava relacionada com a chegada de navios turísticos, que devido à dimensão reduzida do porto do Funchal via muitas vezes os navios optarem por outros destinos, como as Canárias. Em 1963, o porto do Funchal recebeu 903 navios com 232520 turistas de passagem. A par da construção do aeroporto da Madeira foram projetados hotéis para aumentar o número de camas disponíveis (1080 em 1962), porém, após a abertura do aeroporto a oferta hoteleira permanecia escassa. Em 1966, a Madeira possui 10 unidades hoteleiras com capacidade para 1291 hóspedes e 24 pensões para 624 hóspedes. Apesar de mais algumas inaugurações de infraestruturas hoteleiras, esta realidade manteve-se até ao final da década, apresentando sérias limitações para corresponder à procura, tendo esgotado as ofertas no fim de ano de 1968 e 1969.<sup>51</sup>

No início da década de setenta até ao 25 de Abril de 1974 a Madeira apresenta índices turísticos relativamente baixos, embora a taxa de ocupação fosse mais elevada que no Continente. A instabilidade política e social provocada pelo período revolucionário, agravada pelos atos bombistas, como também a inexistência de uma promoção turística adequada a região, explicam a respetiva quebra no setor. Os ajustamentos salariais ocorridos após a revolução, juntamente com o aumento das exigências da banca evidenciaram as debilidades estruturais e de gestão, refletindo-se em atrasos salariais.<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> *Ibidem*, pág 129.

<sup>50</sup> *Ibidem*, pág 114.

<sup>51</sup> *Ibidem*, pág 116-129.

<sup>52</sup> *Ibidem*, pág 133-135.

No entanto, é de constatar que é na década de 1960 e 1970 que o turismo se torna uma atividade determinante na região, chegando a empregar 3376 funcionários em 92 estabelecimentos no ano de 1973.<sup>53</sup> Esta expansão turística não alcançou resultados mais satisfatórios para região, devido a não ter sido planeada em conjunto e em benefício de outras atividades económicas, resultando num modelo de crescimento sustentado.<sup>54</sup>

#### **1.4 Planos de Fomento**

Após a época em que o problema financeiro de Portugal foi, praticamente, a única prioridade na agenda de Oliveira Salazar, surgiu a necessidade de modernizar o país. Os investimentos previstos para médio-longo prazo encontravam-se repartidos em dois capítulos: Defesa Nacional (exército e marinha de guerra) e Reconstituição Económica (setor civil).<sup>55</sup> De salientar, que o aparecimento em Portugal de planos de investimento para os mais diversos setores de atividade económica não foi uma novidade no panorama internacional, diversas nações já tinham decidido implementar as suas respetivas iniciativas para o investimento nacional através de planos estruturados. Dito isto, após o período da designada ditadura financeira (1928-1932), Portugal implementa a Lei de Reconstituição Económica (1935-1950) e a partir de 1953 os Planos de Fomento que terão sido inspirados, de certa maneira, pelas iniciativas estrangeiras.<sup>56</sup> Portugal estruturou este projeto de investimento nacional em quatro Planos de Fomento, designadamente: I Plano de Fomento (1953-1958); II Plano de Fomento (1959-1964); Plano Intercalar (1965-1967) e III Plano de Fomento (1968-1973).

Relativamente ao I Plano de Fomento, apesar de não se incidir no período cronológico analisado neste trabalho, é de referir que os assuntos abordados sobre as ilhas são sobre as questões da hidráulica agrícola e do povoamento florestal. Outro assunto estudado é o porto do Funchal, pretendendo iniciar as obras necessárias para assegurar ao porto condições satisfatórias de abastecimento de combustíveis à grande navegação, com

---

<sup>53</sup> VIEIRA, Rui; FREITAS, João Abel de, in *A Madeira na História, Escritos sobre Pré-Autonomia*. Lisboa: Âncora, 2008, pág 175.

<sup>54</sup> *Ibidem*, pág 175.

<sup>55</sup> FERRAZ, Ricardo, *Os planos de fomento do Estado Novo, quantificação e análise*. Lisboa: Edições Sílabo, 2022, pág 23.

<sup>56</sup> *Ibidem*, pág 25.

o objetivo de recuperar a navegação perdida com a guerra devido à falta de cais e abastecimento de óleos.<sup>57</sup>

O arquipélago da Madeira juntamente com todo o território pertencente ao governo português iniciou a década de sessenta tendo como projeto económico o II Plano de Fomento. Este plano ficou marcado pela priorização do desenvolvimento industrial português em detrimento do setor primário, por ser considerado um processo mais eficaz para o crescimento da produção portuguesa e da melhoria das condições de vida da população.<sup>58</sup> Os projetos específicos que constam neste plano para a Madeira prendem-se com a hidráulica agrícola, o porto do Funchal, e os aeroportos. Respetivamente à hidráulica agrícola, este plano tinha como objetivo a conclusão dos aproveitamentos hidroagrícolas do Funchal e de Santa Cruz e a execução do da Ponta de Sol. Finalizado o plano, o aproveitamento de Funchal-Santa Cruz não estava finalizado, designadamente quanto ao abastecimento de água potável para a cidade do Funchal. Para o povoamento florestal indica-se projetos a estudar e a executar, como as pastagens em baldios, caminhos florestais e casas da guarda-florestal.<sup>59</sup> Sobre o porto do Funchal, é afirmado que a obra de ampliação iniciada no I plano de fomento foi concluída. Adicionou-se a esta obra a instalação de um sistema de abastecimento de combustíveis, atribuída a uma companhia petrolífera. Reconhece-se também a necessidade de obras no porto do Porto Santo, afirmando já existir projeto técnico.<sup>60</sup> Relativamente aos aeroportos, o relatório afirma que a construção do aeroporto do Porto Santo iniciou-se em 1959 tendo sido inaugurado no ano seguinte. Já o da Madeira iniciou-se a construção em 1961 ficando operacional em 1964. Sobre o aeroporto da Madeira é possível constatar que existiu dificuldades na escolha da localização, devido ao relevo da ilha e às turbulências atmosféricas. Dito isto, analisaram várias zonas para a construção do aeródromo madeirense, nomeadamente Paul da Serra, São Martinho e Santo Amaro, ponta de São

---

<sup>57</sup> FREITAS, João Abel de, *A Madeira Nos tempos de Salazar a Economia 1926-1974*. Lisboa: Colibri, 2015, pág 173.

<sup>58</sup> CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, *Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra*. Porto: Universidade Lusíada, 2005, pág 199.

<sup>59</sup> FREITAS, João Abel de, *A Madeira Nos tempos de Salazar a Economia 1926-1974*. Lisboa: Colibri, 2015, pág 173.

<sup>60</sup> *Ibidem*, pág 174.

Lourenço, e em Santa Cruz. Por razões de carácter meteorológico e económico optaram por Santa Cruz.<sup>61</sup>

O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) surgiu numa altura em que a estabilidade do regime português estava a esgotar-se. Tencionava representar uma mudança, tendo como principal preocupação a aplicação de uma política económica realista face ao cenário português, coordenando as exigências da defesa e os objetivos do fomento económico. É de destacar o facto de dar seguimento ao II Plano de Fomento na priorização das indústrias construção civil, e turismo.

“Salienta-se ainda que, na metodologia de programação sectorial, numa sequência que já vinha do II Plano de Fomento, atribuiu-se às indústrias transformadoras, a par da construção e do turismo, o papel motor.”<sup>62</sup>

Relativamente ao arquipélago da Madeira, previa-se a conclusão dos projetos hidroagrícolas do Funchal- Santa Cruz e a construção do São Vicente- Cardais e Porto Moniz. Sobre os portos do Funchal e do Porto Santo asseguravam investimento para obras durante três anos, sobre a responsabilidade da junta autónoma dos portos do arquipélago e da direção geral dos serviços hidráulicos do ministério. No que diz respeito ao turismo é reconhecido que o Algarve e a Madeira devem ser zonas prioritárias de promoção turística, reconhecendo as potencialidades específicas de cada território, destacando nomeadamente o valor da vila de Câmara de Lobos.<sup>63</sup>

Por fim, o III Plano de Fomento (1968-1973) evidencia uma estrutura tecnocrata vinculada ao dirigismo governamental e à gestão dos grandes grupos económicos. No que diz respeito aos investimentos, o III Plano prioriza os setores da saúde, educação e agricultura. Relativamente à saúde, o investimento justificava-se nas perspetivas sociais e económicas. Sobre a agricultura, a prioridade advém da falta de investimento que beneficiou nos planos anteriores, resultando, assim, num atraso estrutural comparativamente aos outros setores. No que toca aos investimentos na área da educação,

---

<sup>61</sup> *Ibidem*, pág 174.

<sup>62</sup> CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, *Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra*. Porto: Universidade Lusíada, 2005, pág 208.

<sup>63</sup> FREITAS, João Abel de, *A Madeira Nos tempos de Salazar a Economia 1926-1974*. Lisboa: Colibri, 2015, pág 178.

eram justificados pela necessidade de evolução do ensino, de maneira a conseguir uma melhor qualificação técnica da mão de obra, correspondendo, assim, à concorrência internacional.<sup>64</sup> Quanto à Madeira, o III Plano de Fomento faz uma análise da região em três aspetos, sendo estes, a caracterização, principais fatores de potencialidades, e linhas gerais de planeamento.<sup>65</sup> Na caracterização comprovasse a predominância do setor primário na economia madeirense, especialmente a agricultura. O Plano afirma a necessidade de estudo dos solos e das práticas agrícolas, de maneira a corrigir deficiências estruturais. Sobre a pesca, indica que ocupa uma posição de pouca relevância na economia, devido a deter equipamentos e técnicas desatualizadas e ineficientes. Quanto à indústria, consta que é dominada pelas fábricas de tipo tradicional, com preponderância das indústrias artesanais, detendo este setor uma camada populacional muito inferior ao do setor primário. Por fim, destacam a posição relevante que a atividade turística ocupa na Madeira, devido às suas condições climáticas e belezas naturais.<sup>66</sup>

Nos principais fatores e potencialidades o plano analisa os aspetos considerados condicionantes do desenvolvimento da região, tendo em vista o seu melhoramento, abordando também os pontos positivos, incentivando a sua evolução. Sendo estes, a elevada pressão demográfica sobre as estruturas agrárias; a inexistência de um setor secundário dinâmico e diversificado que aproveitasse as potencialidades do arquipélago; as excecionais condições climáticas e dos solos que proporciona capacidade para uma agricultura especializada; elevada variedade de peixes, possibilitando uma rica piscicultura; a aceitação dos mercados externos dos produtos artesanais tradicionais; e a predominância da atividade turística e as suas potencialidades.<sup>67</sup>

Nas linhas gerais de planeamento, apontam o aumento da atividade turística como principal estratégia de desenvolvimento da região, considerando o único setor com dinamismo suficiente para conduzir o crescimento económico do arquipélago. Dito isto, indicam a ordenação do centro urbano do Funchal, transformando-o numa cidade eficiente nos termos administrativos e turísticos. Neste ponto o plano procura, também,

---

<sup>64</sup> CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, *Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra*. Porto: Universidade Lusíada, 2005, pág 210.

<sup>65</sup> FREITAS, João Abel de, *A Madeira Nos tempos de Salazar a Economia 1926-1974*. Lisboa: Colibri, 2015, pág 179.

<sup>66</sup> *Ibidem*, pág 180.

<sup>67</sup> *Ibidem*, pág 181.

corrigir as deficiências estruturais verificadas no setor primário, procedendo a modernização e desenvolvimento da agricultura, o aumento da produção de laticínios, visando o abastecimento local e as exportações, e o crescimento da floricultura.

Relativamente ao setor industrial, procuraram a modernização das indústrias tradicionais e a criação de novas. Assim sendo, estudaram possibilidades de desenvolvimento da atividade piscatória e da transformação dos seus produtos, visando o mercado interno e externo, pretendendo a melhoria do equipamento e a modernização dos seus métodos. Foram estudadas possibilidades de desenvolvimento das indústrias de licores, com o objetivo de rentabilizar as potencialidades da ilha da Madeira relativamente à produção de frutos. Não obstante, manteve-se o desenvolvimento do artesanato local, devido ao interesse que despertava do mercado turístico, mas tencionando também expandir a sua exportação.<sup>68</sup>

Por fim, podemos concluir que a aplicação dos Planos de Fomento na região foi responsável pelo surgimento dos dois acontecimentos mais importantes para a o arquipélago, a criação do aeroporto do Porto Santo a 1960 e o da Madeira a 1964, como já mencionado anteriormente, originando consequentemente um aumento do turismo na região. Contudo, a economia da região não prosperou o que seria expectável, continuando a larga maioria da população a dedicar-se a um setor primário ainda necessitado, fazendo com que permanecessem a viver no limiar da pobreza.

## **1.5 Dinâmicas Demográficas**

Os anos sessenta foram marcados por uma prosperidade económica a nível internacional e, em Portugal, pelo início da guerra colonial e pela vaga de emigração elevada. Na Madeira, o crescimento populacional é negativo muito devido a emigração massiva da população para outros países de acolhimento. É de constatar, que este fenómeno a par do turismo beneficiou com as novas ligações aéreas existentes no arquipélago. Na década sessenta a Madeira perde aproximadamente 25% da sua população devido a migrações, um valor significativo, até porque na década anterior a perda populacional era já de 19%. Relativamente ao crescimento natural o valor aumenta

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, pág 181-183.

ligeiramente, a mortalidade infantojuvenil continuava a diminuir e a fecundidade era relativamente elevada, associada a camada jovem da população.<sup>69</sup>

Sobre a década de setenta, foram vários os fatores que condicionaram os índices demográficos em Portugal, como o fim do Estado Novo e o retorno da população portuguesa das colónias. A nível regional, a criação das Regiões Autónomas teve efeitos positivos na economia local, com o crescimento demográfico na região a aproximar-se do zero. O crescimento natural e o saldo migratório diminuem de forma significativa relativamente à década de sessenta. O primeiro é devido, em grande parte, a um maior controlo de natalidade, o segundo é consequência da diminuição legal e clandestina da emigração para o estrangeiro, e de um significativo retorno da população vinda das colónias.<sup>70</sup>

## 1.6 A composição da População

No início do século XX, a estrutura populacional madeirense é caracterizada por uma natalidade e mortalidade expressiva, originando uma população muito jovem. Em simultâneo, a estrutura da população é marcada por muitos movimentos migratórios, com especial destaque do sexo masculino.<sup>71</sup>

Em meados do século do XX, revela-se já uma menor fecundidade, contudo, as alterações não representam mudanças significativas na estrutura populacional. A emigração masculina continua a ser uma característica da população madeirense.<sup>72</sup>

De acordo com Isabel Tiago de Oliveira, a percentagem de jovens na Madeira durante muitos anos do século XX era superior a 45%, chegando mesmo atingir 50%. Estes valores mantiveram-se constantes até à década de setenta, quando a percentagem de jovens começa a diminuir significativamente. A população ativa variou entre 40-45% com pequenas oscilações. A percentagem de idosos manteve-se com valores relativamente baixos entre 7 a 10%, no entanto, a partir dos anos cinquenta verifica-se

---

<sup>69</sup> OLIVEIRA, Isabel Tiago de, “O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011”, in SANTOS, Carlota, MATOS, Paulo Teodoro de (coord), *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, 2013, pág 109.

<sup>70</sup> *Ibidem*, pág 109.

<sup>71</sup> *Ibidem*, pág 111.

<sup>72</sup> *Ibidem*, pág 111.

um aumento progressivo do peso percentual deste grupo, muito relacionado com o aumento da emigração por parte da camada jovem.<sup>73</sup>

Passando à análise da composição da população segundo o setor de atividade, Isabel de Oliveira mostra-nos diferenças significativas entre população ativa masculina e feminina. A taxa de atividade masculina apresenta valores geralmente superiores a 100%, o que significa que todos os homens em idade ativa trabalham, como também, um número significativo de jovens e idosos. Na população feminina a situação é distinta, as mulheres em população ativa são significativamente menos do que as que têm idade ativa.<sup>74</sup>

A agricultura é a principal atividade dos madeirenses durante o século XX, chegando este setor a representar três quartos da população ativa na Madeira. Contudo, a partir dos anos sessenta é visível um decréscimo da importância deste setor, representando cerca de 56% da atividade masculina em 1960 e 43,3% em 1970. Relativamente ao setor industrial, começa a ganhar importância especialmente a partir da década de cinquenta, se até 1940, mantinha valores a rondar os 9% da atividade masculina, em 1970 já representava cerca de 26,3%. Sobre o setor dos serviços, que inclui os transportes, o comércio, a administração pública, entre outros, detinha pouca expressão durante a primeira metade do século, representando cerca de 10,8% da atividade masculina em 1930. Contudo, a situação apresenta um aumento gradual, representando 19,7% da atividade masculina em 1960, e 26% em 1970.<sup>75</sup>

Relativamente à população ativa feminina, Isabel Tiago de Oliveira refere alguns problemas com as estatísticas, como a subvalorização da população feminina expressa nos recenseamentos, onde consideravam como categoria separada a população que trabalhava auxiliando os familiares, e o subregisto da atividade feminina, sendo as mulheres ativas significativamente menos do que as em idade ativa. É provável que a reduzida taxa de atividade feminina esteja associada a imagem e o papel da mulher e da família transmitido pelo Estado Novo, influenciando também os conceitos utilizados na recolha das estatísticas, não favorecendo o registo do emprego feminino. Assim sendo, a população ativa feminina estava artificialmente reduzida, sobrevalorizando as atividades não agrícolas, como é o caso da indústria que em 1960 representava cerca de 44,8% da

---

<sup>73</sup> *Ibidem*, pág 112.

<sup>74</sup> *Ibidem*, pág 113.

<sup>75</sup> *Ibidem*, pág 114-115.

atividade feminina, referindo-se essencialmente a área do têxtil com a produção de bordados. Sobre o setor dos serviços, é de constatar um aumento progressivo da taxa de atividade feminina, com valores a rondar os 4% até 1930, e posteriormente em 1960 a revelar cerca de 23,1%. Contudo, a importância das mulheres na administração pública é inferior à masculina.<sup>76</sup>

### **1.7 Mortalidade, Natalidade e Emigrações**

O regime demográfico do Antigo Regime era marcado por uma taxa de mortalidade elevada e por uma esperança de vida baixa, existindo vários fatores que contribuíam para esta situação. Uma alimentação insuficiente, que originava desnutrições e fomes frequentes, condições sanitárias precárias, causando uma fragilidade geral a nível da saúde, e o surgimento de epidemias que causavam, frequentemente, crises de mortalidade.

No início do século XX, a elevada taxa de mortalidade madeirense estava relacionada, sobretudo, com doenças de foro respiratório, e com doenças infectocontagiosas características na infância, com exceção do caso da cólera em 1910. Contudo, a frequência dos picos de mortalidade diminuiu a partir da segunda década do século, em simultâneo com o aumento da importância de doenças do sistema nervoso, circulatório, e cancro, e com a diminuição de enterites e diarreias. Segundo Isabel Tiago de Oliveira, a Madeira apresentava uma taxa bruta de mortalidade elevada que diminuiu de forma contínua, com exceção do valor em 1920, até 1950. A partir dos anos cinquenta não diminuiu significativamente, havendo em 1960 uma taxa bruta de mortalidade de 11,5% e em 1970 11,2%. Relativamente a taxa de mortalidade infantil, apenas começou a diminuir significativamente a partir 1940, rondando anteriormente os 150‰, valores afetados pelas crises de doenças infantis presentes nesta altura. Em 1960, a Madeira mostra-nos uma taxa de mortalidade infantil de 95,6‰, e em 1970 de 68‰, expressando uma significativa diminuição relativamente a anos anteriores.<sup>77</sup>

Em relação à natalidade, durante o Estado Novo os nascimentos eram numerosos e ocorriam maioritariamente no seio do casamento. O casamento religioso era uma etapa importante, pois, sem o qual dificilmente as pessoas poderiam constituir uma família

---

<sup>76</sup> *Ibidem*, pág 115-116.

<sup>77</sup> *Ibidem*, pág 120.

socialmente aceite. O controlo de fecundidade dentro dos casamentos era pouco expressivo, era no acesso ao casamento que surgiam as limitações ao crescimento populacional. Por exemplo, os casos de casamento tardio, celibato e emigrações. Ainda sobre a nupcialidade, Isabel de Oliveira mostra-nos que a evolução da taxa bruta de nupcialidade na Madeira manteve-se relativamente estável, variando entre 8,3% e 7,9% durante os últimos anos de Estado Novo.<sup>78</sup> Sobre a natalidade na Madeira, constatamos que só a partir da década sessenta é que se presenciou uma diminuição constante da taxa bruta de natalidade, descendo de 31,6‰ em 1960 para 25,5‰ em 1970.<sup>79</sup> A taxa de fecundidade geral apresenta uma evolução semelhante, um primeiro declínio a partir da década de trinta, seguido de um período com relativa estabilidade, e depois uma diminuição progressiva desde os anos sessenta.<sup>80</sup>

Passando agora para a emigração, durante a década de sessenta e início da década de setenta houve uma significativa vaga emigratória na Madeira. Este movimento coincidiu com a guerra colonial portuguesa, de 1961 a 1974. Com o evoluir dos conflitos nas colónias portuguesas passou a ser necessário recrutar jovens para o serviço militar, que não encontraram outra alternativa senão sair do país para escapar à guerra, emigrando para a Venezuela, Brasil e França. Este cenário refletiu-se através de uma taxa bruta de emigração de 13,1‰ na Madeira durante a década de 60.<sup>81</sup> O governo português implementou algumas medidas para evitar a emigração dos jovens, que aos 20 ou 21 anos seriam chamados para cumprir serviço militar, lançando uma legislação que proibia a saída de rapazes a partir dos 18 anos, até mesmo, a partir dos 16 anos. Isto resultou numa saída ainda mais precoce, abandonando os jovens com 15 anos a sua terra natal, ou menos.<sup>82</sup> Por outro lado, como nos mostra Joselin da Silva do Nascimento, a realidade na Venezuela era diferente, as autoridades incentivavam os cidadãos europeus a dotarem a cidadania venezuelana nos anos 60. Concediam-lhes, em troca, facilidades administrativas para a abertura das suas empresas, acesso a créditos bancários, e

---

<sup>78</sup> *Ibidem*, pág 122.

<sup>79</sup> *Ibidem*, pág 124

<sup>80</sup> *Ibidem*, pág 124

<sup>81</sup> *Ibidem*, pág 129.

<sup>82</sup> NASCIMENTO, Joselin da Silva do, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1970)*. Funchal, Universidade da Madeira, 2009, pág 84. (dissertação de mestrado).

subsídios, incentivando à integração e à fixação dos imigrantes.<sup>83</sup> Assim sendo, o principal destino dos madeirenses para emigrar era a Venezuela, recebendo cerca de 65,4% dos emigrantes entre 1960 e 1970, seguido pelo Brasil (18,2%), que teve uma queda significativa em 1964, ano do golpe militar, e depois, com menor expressão, o continente Africano (9,1%), principalmente África do Sul.<sup>84</sup>

A maioria dos madeirenses que emigraram para a Venezuela dedicavam-se à agricultura na ilha, e muitos depois de chegar ao novo país desempenhavam as mesmas funções, juntamente com trabalhos na construção civil, ou servir ao balcão. Porém, passado um tempo deslocavam-se para as grandes cidades, como Caracas e Valência, para se tornarem comerciantes. Adquiriam pequenas mercearias, que posteriormente evoluíam para supermercados, restaurantes, padarias. Os madeirenses, como os portugueses na sua generalidade, interessaram-se por introduzir as mercarias nas zonas mais desfavorecidas, devido a possuírem facilidades de crédito. Era um investimento considerado de caráter social, pois refletia um contributo para o desenvolvimento das respetivas zonas.<sup>85</sup>

“Os imigrantes foram excelentes trabalhadores e empreendedores. Formaram empresas, investiram as suas poupanças, criaram novas áreas de riqueza e grande parte dessa gente veio para ficar e constituir as suas famílias (...). As cidades agitaram-se, cresceram duma forma impressionante e tornaram-se mais cosmopolitas e modernas.”<sup>86</sup>

## 1.8 Educação

Segundo Fernando Rosas, a política educacional do Estado Novo sofreu vários retrocessos relativamente à Primeira República. O país detinha uma elevada taxa de analfabetismo verificada através de um atraso cultural, social, e de mentalidade, que se

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, pág 63.

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Isabel Tiago de, “O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011”, in SANTOS, Carlota, MATOS, Paulo Teodoro de (coord), *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, 2013, pág 128.

<sup>85</sup> NASCIMENTO, Joselin da Silva do, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1970)*. Funchal, Universidade da Madeira, 2009, pág 84. (dissertação de mestrado).

<sup>86</sup> CUNHA, José Fernando Moreira, *Viagem à Venezuela*. Caracas: Estrada, Del pino e Associados, 1998, pág 119.

manifestava no insatisfatório cumprimento da escolaridade obrigatória, especialmente nas regiões rurais mais desfavorecidas, onde o contributo do trabalho infantil tornava-se indispensável para a economia familiar. Sobre a política educacional, passou-se, em oposição à Primeira República, a enaltecer as virtudes humildes da sociedade agrária e analfabeta, desvalorizando as vantagens de ensinar o povo a ler, considerando a instrução necessária, apenas, às elites a quem competia contribuir na resolução dos problemas nacionais.<sup>87</sup>

Relativamente à educação na Madeira durante o Estado Novo, Alberto Vieira transmite-nos que a contra-reforma levada a cabo a partir de 1926 também originou alterações significativas no sistema imposto pela Primeira República na região. Terminaram as escolas mistas, e a partir de 1931 muitas escolas primárias foram substituídas por postos escolares, sobre a responsabilidade de regentes escolares, pessoas com apenas a 4ª classe, mas com bom comportamento moral e civil, atestado pelos párocos e governadores. Em 1936, encerraram as Escolas do Magistério Primário e foi criado o livro único para o ensino. A partir de 1952, estabeleceu-se o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos com o objetivo de combater o analfabetismo e aumentar o plano de escolaridade obrigatória para os quatro anos. Assim sendo, a taxa de analfabetismo de 65% em 1955 diminuiu para 33% em 1960. Até 1964, o ensino secundário existia somente no Funchal, inaugurando-se a partir deste ano os primeiros colégios em conselhos rurais, nomeadamente em São Vicente e Machico.<sup>88</sup>

Sobre este tópico, Rui Nepomuceno destaca o facto de muitas escolas primárias estarem encerradas por faltas de condições, enquanto outras, em funcionamento, não reuniam as condições para tal:

“Para uma população que rondava os 280000 habitantes, também não existia uma Universidade, nem sequer estabelecimentos do ensino secundário

---

<sup>87</sup> ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. De Brito (dir.), “Analfabetismo” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I. Porto: Círculo de Leitores, 1996, pág 46.

<sup>88</sup> VIEIRA, Alberto (coord.), *Histórias da madeira*. Funchal: Secretária Regional de Educação, 2001, pág 318-319.

adaptados às reais necessidades do arquipélago, pois apenas funcionava no Funchal uma Escola Industrial e Comercial e um Liceu, ambos sobrelotados”<sup>89</sup>

Acrescenta que durante muitos anos o Norte da ilha não dispunha de estabelecimento de ensino secundário, e que no Porto Santo os locais conseguiam prosseguir estudos até ao quinto ano liceal, devido ao empenho das irmãs Spínola e Faria que proporcionavam cursos particulares. Segundo Nepomuceno, cerca de 80% dos jovens que concluíam a instrução primária não prosseguiram estudos, devido maioritariamente a dificuldades económicas e há falta de apoio governamental.<sup>90</sup>

Apesar do ensino ter chegado a todos os estratos sociais na década de 70, o combate ao analfabetismo só se verificou com a Revolução do 25 de Abril de 1974 e o processo autonómico. Com a instauração da autonomia, a escolaridade obrigatória passou para seis anos, o que originou um período de significativos investimentos de maneira que a oferta escolar correspondesse às novas exigências legais.<sup>91</sup>

À data do movimento revolucionário que pôs fim ao Estado Novo, a situação económica e social na Madeira não se encontrava muito distinta de anos anteriores. Apesar do início da década de setenta apresentar índices inferiores aos da década anterior, relativamente à mortalidade, emigrações e analfabetismo, a situação não era favorável, muito menos a económica, que não constou de significativas alterações. A Madeira continuava a ser uma região subdesenvolvida, com uma economia dependente de um setor primário arcaico e ineficiente, que contribuía para a permanência de um elevado índice de pobreza. A região mantinha um desenvolvimento industrial atrasado comparativamente ao continente europeu, não possibilitando um aumento da empregabilidade. Igualmente, o setor turístico continuava por explorar as suas potencialidades.

---

<sup>89</sup> NEPOMUCENO, Rui, *Uma perspetiva da história da Madeira*. Funchal: Eco do Funchal, 2003, pág 477.

<sup>90</sup> *Ibidem*, pág 478.

<sup>91</sup> MENDONÇA, Alice, *Evolução do sistema educativo na Madeira*. Universidade da Madeira, 2006, pág 91. (tese de doutoramento).

## Capítulo II – O 25 de Abril na Madeira

### 1. Os Primeiros Dias

A revolução de 25 de Abril de 1974 na Madeira, nos primeiros dias, mostrou notáveis diferenças com o desencadear do movimento revolucionário no continente. Este período na Madeira foi marcado pela chegada de Américo Tomás e de Marcelo Caetano, pelas celebrações do 1º de Maio e pela extinção dos instrumentos de repressão da região.<sup>92</sup>

Na fase inicial, denominada como primeiros dias de liberdade, entre o 25 de Abril e o fim de maio de 1974, ocorreram alterações em diversos patamares políticos e sociais, na igreja, no mundo do trabalho rural e urbano e na comunicação social.<sup>93</sup>

No entanto, como nos elucida Bernardo Martins, enquanto a revolução acontecia em Lisboa e se estendia por todo o continente no próprio dia, na Madeira e Porto Santo o cenário era de continuidade do seu quotidiano.<sup>94</sup> Não houve nenhuma movimentação militar, nem deslocamentos atípicos da população nas ilhas, a velha ordem parecia manter-se estável e imperturbável.<sup>95</sup>

No plano político-administrativo, ocorreram poucas alterações na região nos primeiros dias após a revolução. Apesar do governador civil do Distrito Autónomo do Funchal, Daniel Farrajota, ter sido demitido, manteve-se o governador militar da Madeira, Lopes da Eira, um oficial associado ao regime deposto, que declarou ter o apoio da Junta de Salvação Nacional (JSN), mas que foi exonerado no dia 30 de Abril de 1974. O seu substituto, Carlos Azeredo, que chegou a região a 2 de maio de 1974, assumiu as funções de delegado da JSN, governador civil do Distrito Autónomo do Funchal, governador militar da Madeira e comandante das Forças Armadas no arquipélago.<sup>96</sup>

É de constatar, que a atividade e a influência do Movimento das Forças Armadas (MFA) no arquipélago ocorreu lentamente, comparativamente ao continente e aos

---

<sup>92</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”. Universidade da Madeira, 2022, pág 65. (tese de doutoramento).

<sup>93</sup> *Ibidem*, pág 65.

<sup>94</sup> *Ibidem*, pág 66.

<sup>95</sup> CALISTO, Luís, *Achas na autonomia*. Funchal, Diário de Notícias do Funchal, 1995, pág 19.

<sup>96</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”. Universidade da Madeira, 2022, pág 69-70. (tese de doutoramento).

territórios ultramarinos. Tal como explica Bernardo Martins, este acontecimento pode ser esclarecido através da compreensão de cinco pontos. Primeiramente, não existia um núcleo regional do MFA, daí a inexistência de movimentações militares na Madeira e no Porto Santo. Em segundo lugar, também não havia neste período na Madeira uma força de oposição organizada na clandestinidade que impulsionasse o processo revolucionário, apesar do *Comércio do Funchal* ter ganho notoriedade como resistência informal à ditadura, nomeadamente no seio universitário. Em terceiro lugar, juntava-se a estes fatores uma inatividade na substituição das autoridades locais comprometidas com o regime deposto. Lopes da Eira, como já foi mencionado permaneceu como governador militar e as forças armadas insulares prescindiram de evidenciar a mudança, mantendo as entidades nos seus postos, excetuando o governador civil. Em quarto lugar, destacava-se uma significativa apreensão do setor democrático e opositor madeirense nos primeiros dias da revolução, desconfiando que este movimento pudesse fracassar à semelhança do golpe de 16 de março nas Caldas da Rainha. Por fim, em quinto lugar, a interferência do MFA tardou a chegar à região pelos condicionalismos geográficos, ou seja, a insularidade, que fez com que os conhecimentos do desenrolar dos acontecimentos no continente tardassem a ser recebidos na ilha, afetando, desta maneira, as iniciativas militares e sociais a nível local.<sup>97</sup>

No entanto, a chegada de Américo Tomás, antigo presidente da república, e de Marcelo Caetano, antigo presidente do conselho, no dia 26 de Abril de 1974, veio a desencadear novos acontecimentos que viram a ter impacto no cenário político da região.<sup>98</sup>

A revolução do 25 de Abril de 1974 na Madeira, ficou marcada pela chegada à ilha, no dia seguinte, na condição de detidos, de Américo Tomás, Presidente da República, de Marcelo Caetano, Presidente do Conselho, Joaquim da Silva Cunha, ministro da Defesa e de César Moreira Batista, ministro do Interior, acompanhados pelo ajudante de campo do chefe do Estado, Carlos Benvindo dos Reis da Fonseca. Foram recebidos, no aeroporto, pelas altas autoridades do distrito<sup>99</sup> sob escolta militar,

---

<sup>97</sup> *Ibidem*, pág 71-74.

<sup>98</sup> *Ibidem*, pág 70.

<sup>99</sup> José Manuel Santos de Faria Leal, chefe de Estado-Maior do Comando Territorial Independente da Madeira (CTIM), Daniel Farrajota, governador civil, Lopes da Eira, governador militar, João Gouveia, substituto do governador civil, Spencer Salomão, chefe de secretaria do Governo Civil e João Borges, da Delegação de Turismo da Madeira.

posteriormente dirigiram-se até ao Palácio São Lourenço, no Funchal, onde permaneceram durante a sua estadia na Madeira. A 29 de Abril, chegam a esposa e a filha do ex-presidente da república, respetivamente Gertrudes Rodrigues Tomás e Natália Rodrigues Tomás, e a filha do ex-presidente do conselho, Ana Maria Alves Caetano.<sup>100</sup> A escolha da Madeira como destino prisional dos ex-governantes prende-se a motivos de proteção pessoal e de natureza política. Primeiramente, Otelo Saraiva de Carvalho tencionava realizar a vontade de Vítor Alves de tratar os vencidos com dignidade. Dito isto, era necessário garantir a integridade dos membros destituídos face a uma eventual reação popular:

“Otelo fez cumprir o desejo de Vítor Alves quando do arranque para a Revolução: em caso de vitória, tratar os vencidos com dignidade. Como isso não seria fácil no continente, ponderou Vítor Alves, vamos aproveitar a Madeira, está lá o Faria Leal como chefe de Estado-Maior”<sup>101</sup>

Segundamente, a Madeira era vista como um lugar pacífico com pouca participação política da população, onde nenhum movimento anormal se verificava nas ruas do Funchal ou noutras localidades, a velha ordem parecia manter-se imperturbável.<sup>102</sup> Adicionava-se a estes motivos, o facto de José Manuel Santos de Faria Leal<sup>103</sup> encontrar-se na ilha como chefe de Estado-Maior local. Quando chegaram à ilha, os prisioneiros foram recebidos cordialmente, sendo inicialmente feito reservas em

---

<sup>100</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “A Prisão de Américo Tomás e Marcelo Caetano e o 1º de Maio de 1974 na Madeira”, in *Arquivo histórico da Madeira*, nova série, nº2, 2020, pág 677.

<sup>101</sup> CALISTO, Luís, *Achas na Autonomia*. Funchal, Diário de Notícias do Funchal, 1995, pág 20.

<sup>102</sup> VARELA, Raquel e PEREIRA, Luísa Barbosa, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*. Lisboa, Edições Parsifal Lda, 2017, pág 80.

<sup>103</sup> José Manuel Santos de Faria Leal (1936-2015) foi chefe de Estado Maior do Quartel-General do Comando Territorial Independente da Madeira (CTIM), com a patente de major, na altura do 25 de Abril, tendo sido o encarregado de receber na ilha Marcello Caetano e Américo Tomás, na qualidade de prisioneiros. Chefiou o Gabinete de Informação da JSN na Madeira, criado em 27 de Abril de 1974. Até à chegada à ilha de Carlos Azereado, em 2 de Maio de 1974, o major José Manuel Santos de Faria Leal foi nomeado comandante militar da Madeira interino. Chefe da Casa Civil do presidente da República Jorge Sampaio (1996-2006), alcançou o grau de tenente-general.

hotéis luxuosos para passarem a sua estadia que foram canceladas na véspera.<sup>104</sup> Os ex-governantes, ficaram alojados no Palácio de São Lourenço, como já foi referido, estabelecimento que o governo do distrito reservava para os hóspedes mais ilustres, ficando Américo Tomás nos mesmos aposentos que residiu quando visitou a Madeira, como chefe de Estado, em setembro de 1973. Os prisioneiros tinham residência fixa sob vigilância, não estando impedidos de circular no interior do palácio nem privados de contactar alguém.<sup>105</sup>

Após a chegada do tenente-coronel de cavalaria Carlos de Azeredo Pinto Melo e Leme<sup>106</sup>, enviado para a Madeira diretamente pelo general António de Spínola para garantir a segurança física de Américo Tomás e de Marcelo Caetano,<sup>107</sup> foi-lhes transmitido pelo próprio, a 2 de maio, o seu estatuto de prisioneiros do exército às ordens da JSN. Ocupavam pequenos apartamentos, sem luxo e ostentação comparativamente com alguns salões do palácio que não frequentavam. Contudo, Marcelo Caetano teve a sua disposição um gabinete de trabalho, onde começou a escrever o seu livro *Depoimento*, concluído posteriormente no Brasil. Os ex-governantes não podiam sair das infraestruturas do palácio, devido à possibilidade de serem mal recebidos, prestar declarações ou serem entrevistados e não eram autorizadas filmagens no Palácio de São Lourenço.<sup>108</sup>

---

<sup>104</sup> VARELA, Raquel e PEREIRA, Luísa Barbosa, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*. Lisboa, Edições Parsifal Lda, 2017, pág 81.

<sup>105</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “A Prisão de Américo Tomás e Marcelo Caetano e o 1º de Maio de 1974 na Madeira”, in *Arquivo histórico da Madeira*, nova série, nº2, 2020, pág 679.

<sup>106</sup> Carlos Manuel de Azeredo Pinto Melo e Leme (1930-), natural de Marco de Canaveses, militar, exerceu várias funções na Madeira: de 2 de Maio a 12 de Agosto de 1974 foi delegado da Junta de Salvação Nacional, governador civil do Distrito do Funchal e governador militar; quando Fernando Rebelo foi nomeado governador civil, Azeredo manteve os outros dois cargos; de Setembro a Novembro de 1974, Carlos Azeredo esteve fora da Madeira; regressou para ser novamente governador militar; quando Rebelo se demitiu de governador civil, a 21 de Março de 1975, Azeredo assumiu cumulativamente esta função; a 25 de Março de 1975, acumulou estes dois cargos com o de presidente da recém-criada Junta de Planeamento da Madeira; a 20 de Fevereiro de 1976, extinta a Junta de Planeamento, exerceu os cargos de presidente da Junta Regional, em conjunto com as de governador civil e governador militar.

<sup>107</sup> CALISTO, Luís, *Achas na Autonomia*. Funchal, Diário de Notícias do Funchal, 1995, pág 24.

<sup>108</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “A Prisão de Américo Tomás e Marcelo Caetano e o 1º de Maio de 1974 na Madeira”, in *Arquivo histórico da Madeira*, nova série, nº2, 2020, pág 681.

É de salientar, como refere Bernardo Martins, que a deslocação dos ex-governantes e a sua cuidadosa receção, gerou polémica e desagrado na ilha. Nas vozes discordantes é de destacar o *Comércio do Funchal*, que na sua edição especial do 1º de Maio de 1974, publicou, na capa, uma caricatura alusiva à prisão de Américo Tomás e Marcelo Caetano na Madeira, com a frase: “à sombra amena da bananeira”.<sup>109</sup>

Sobre o 1º de Maio de 1974 na Madeira, a presença dos representantes do regime deposto no Funchal foi um dos principais motivos das manifestações. Posto isto, a manifestação do 1º de Maio na Madeira, impulsionada pelo núcleo do *Comércio do Funchal*, mostra-nos um cenário de forte contestação à presença dos ex-governantes, como também a adesão dos madeirenses à revolução.<sup>110</sup> Para o *Comércio do Funchal*, a estadia dos anteriores estadistas era insultuosa para a região, na opinião de Vicente Jorge Silva era tratar a Madeira como uma “coiseca qualquer (...) uma terreola, onde as pessoas não se mexem para nada(...) na Madeira não acontecia nada”<sup>111</sup>. Posto isto, a ideia de que os detidos desfrutavam de uma vida de luxo e tranquilidade gerou uma crescente indignação do povo madeirense.

“não houve a decência mínima de colocar os representantes do regime deposto num sítio reservado, mas sim num palácio com o mar em frente, a passar umas férias. E esse mal-estar, em parte, explica a adesão à manifestação do 1º de Maio.”<sup>112</sup>

Continuando com a perspetiva do jornalista do *Comércio do Funchal*, a vontade do povo madeirense em acabar com as injustiças sociais e adquirir melhores condições de vida também estavam na génese das manifestações do 1º de Maio, para Vicente Jorge Silva o povo madeirense não estava satisfeito só com a instauração de um regime democrático.<sup>113</sup>

---

<sup>109</sup> *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2241, 1 de Maio 1974, pág 1.

<sup>110</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “A Prisão de Américo Tomás e Marcelo Caetano e o 1º de Maio de 1974 na Madeira”, in *Arquivo histórico da Madeira*, nova série, nº2, 2020, pág 681.

<sup>111</sup> SANTOS, Paulo, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*. RTP-Madeira, episódio 1, disponível em <https://www.rtp.pt/play/p3377/e282589/uma-historia-de-autonomia>, 2016, consultado a 20 de julho 2023.

<sup>112</sup> *Ibidem*.

<sup>113</sup> *Ibidem*.

Outro fator a ter em conta no que toca às motivações do 1º de Maio de 1974 na Madeira, foi o tema da autonomia. Como nos explica Rui Nepomuceno, a Madeira além de ter as punições que o continente também tinha durante o Estado Novo, experienciava também um grande centralismo, daí que a autonomia era muito desejada pelo povo madeirense, que viu na revolução de Abril uma possibilidade de “libertação”.<sup>114</sup>

A manifestação foi planeada na redação do *Comércio do Funchal*, na Rua do Carmo no Funchal, por colaboradores deste semanário, por movimentos católicos progressistas e intelectuais de esquerda.<sup>115</sup> A preparação da manifestação do 1º de Maio foi realizada com apreensão e algum receio, pois a manutenção do antigo governador militar, brigadeiro Lopes da Eira e o facto de ainda haver agentes da Polícia Internacional e de defesa do Estado (PIDE), fez com que tudo fosse organizado em ambiente de semi-ilegalidade<sup>116</sup>

Na manifestação, houve uma concentração de milhares de pessoas na Praça do Município, pelas 10 horas, percorrendo as ruas do Funchal e dirigindo-se à Avenida do Mar, onde se localizava o Palácio de São Lourenço. Aqui, os manifestantes exigiram a saída dos ex-governantes, manifestando apoio às forças armadas e à JSN. Aquando do regresso à Praça do Município, os manifestantes invadiram a Câmara Municipal do Funchal para falarem da sua varanda, tendo também discursado deste lugar Vicente Jorge Silva, Liberato Fernandes (redator do *Comércio do Funchal*), Rui Teives Henrique (ex-prespo político em Peniche, libertado pela JSN), entre outros.<sup>117</sup>

Relativamente aos instrumentos de repressão, a Revolução de Abril, a par do que ocorreu no continente, colocou fim à censura e à PIDE/DGS (Direção Geral de segurança) no arquipélago da Madeira. Sobre a censura e o exame prévio, a sua abolição foi divulgada nas primeiras horas do dia 26 de abril em conjunto com a promulgação de uma nova lei de imprensa, rádio, televisão e cinema. Desta maneira, a JSN da Madeira, a 1 de Maio de 1974, consagrou o direito de todos os movimentos de opinião terem a

---

<sup>114</sup> *Ibidem*.

<sup>115</sup> CARITA, Rui, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*. Funchal, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2009.

<sup>116</sup> SANTOS, Paulo, *Uma História de Autonomia: Revolução Adiada*. RTP-Madeira, episódio 1, disponível em <https://www.rtp.pt/play/p3377/e282589/uma-historia-de-autonomia>, 2016, consultado em 2023.

<sup>117</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “A Prisão de Américo Tomás e Marcelo Caetano e o 1º de Maio de 1974 na Madeira”, in *Arquivo histórico da Madeira*, nova série, nº2, 2020, pág 693.

acessibilidade à radio e à televisão pública.<sup>118</sup> Por estes motivos, alguns órgãos de comunicação social da ilha, nas suas primeiras edições após a revolução, fizeram alusão ao período de censura vivido, nomeadamente o *Comércio do Funchal*, partilhando vários artigos e reportagens que foram proibidos de divulgar devido à censura. Dito isto, o semanário partilhou artigos e reportagens sobre diversos assuntos, como a situação da agricultura, da indústria e do turismo da Madeira, as condições laborais de vários setores, o novo hospital da Madeira e a situação dos vendedores ambulantes.<sup>119</sup>

Em função do programa do MFA, foi extinta a censura a espetáculos, a 14 de maio de 1974. Devido a esta mudança foi projetado no Teatro Municipal do Funchal, a 21 de maio, apresentando-se como estreia em Portugal, o filme proibido pela censura, “As ligações amorosas” de Piere Kast.<sup>120</sup>

No que se refere à PIDE/DGS, foi extinta no dia da revolução cumprindo o programa do MFA, ficando nas províncias ultramarinas, após o saneamento, apenas com funções de polícia de informação militar. Foi decidido que a investigação criminal contra a segurança interna e externa passava para a polícia judiciária, ficando a guarda fiscal encarregue da vigilância das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas e as forças armadas a guarda do equipamento da DGS (armamento, arquivos, imobiliário). Contudo, apesar desta extinção, na Madeira, alguns dias após o 25 de Abril, assistia-se à presença de alguns elementos da DGS armados a passear calmamente pelas ruas do Funchal, afirmando nunca terem feito mal a ninguém e que as instalações do departamento continuavam imperturbáveis.<sup>121</sup> Todavia, o Gabinete de Informação da Junta de Salvação Nacional (Madeira) anunciou, no primeiro comunicado, que a subdelegação da extinta

---

<sup>118</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”. Universidade da Madeira, 2022, pág 112. (tese de doutoramento).

<sup>119</sup> “Madeira: a nossa denúncia”, *Comércio do Funchal*, edição especial, nº 2241, 1 de Maio de 1974, pág 4-6./ “Um exemplo do que a censura fascista não nos deixou publicar”, *Comércio do Funchal*, edição especial, nº 2241, 1 de Maio de 1974, pág 11-12./ “Artigos cortados pela censura: o novo hospital e o problema da saúde na Madeira”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2248, 11 de maio de 1974, pág 6-7./ “Operários da empresa madeirense de tabacos”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2248, 11 de maio de 1974, pág 8-9./ “Artigos cortados pela censura- o caso dos vendedores ambulantes”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2249, 18 de maio de 1974, pág 8-9.

<sup>120</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”. Universidade da Madeira, 2022, pág 114. (tese de doutoramento).

<sup>121</sup> *Ibidem*, pág 114.

DGS ficaria operacional para o controlo do porto e do aeroporto da Madeira e que as suas instalações e materiais estavam na posse das autoridades militares. Carlos Azeredo, delegado da JSN, informou, a 3 de maio de 1974, que os ex-PIDE/DGS da ilha estava, detidos numa unidade militar local, pois não aceitava que a justiça fosse feita popularmente. Assim sendo, a 3 de maio de 1974 partiram para o continente, sob escolta, 17 ex-elementos da PIDE/DGS, permanecendo na mesma situação que outros políticos detidos. Entretanto, a JSN apelava a que os ex-agentes se entregassem nos quartéis-generais das regiões militares até 18 de maio, senão seria divulgado na comunicação social os seus nomes e respetivas fotografias para que a população colaborasse com as detenções. No dia 23 de maio de 1974, seis ex-agentes da extinta PIDE/DGS que estavam ao serviço na Madeira seguiram para Lisboa no mesmo avião da Força Área Portuguesa que os ex-ministros do interior, Moreira Baptista e da defesa, Silva Cunha, até então detidos na ilha.<sup>122</sup> Relativamente aos arquivos da ex-polícia política, Carlos Azeredo, transmitiu, a 3 de maio de 1974, que tinham começado a destruí-los, de maneira a não poderem ser utilizados por ninguém com intenções maliciosas e vingativas. Posteriormente, o mesmo interlocutor afirmou que os ficheiros estavam para ser queimados por ele, para evitar perseguições, mas que não se realizou devido a António de Spínola ter ordenado que enviasse os documentos para Lisboa, para efeitos de estudo e de história.<sup>123</sup>

## **2. O Decorrer do Processo Revolucionário**

No decorrer do Processo Revolucionário na Madeira é de salientar alguns acontecimentos específicos, como as ocupações do “Seminário Menor” e do Centro Regional da Emissora Nacional, a criação da União do Povo da Madeira, os atentados por parte da Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (FLAMA), a ação política da igreja madeirense e as movimentações populares em Machico.

A ocupação, no dia 31 de Outubro de 1974, do “Seminário Menor”, localizado na Calçada da Encarnação, constituiu uma ação de certo modo carregada de uma forte componente política. Os seus promotores, alunos e professores, tinham como objetivo utilizar aquele espaço para serem administradas aulas. Devido à falta de escolas, queriam

---

<sup>122</sup> *Ibidem*, pág 117.

<sup>123</sup> *Ibidem*, pág 117.

rentabilizar um espaço amplo que tinha ficado vago após terem encerrado o edifício conhecido por “Seminário Menor”. Após chegar à Madeira, a 12 de Maio de 1974, o Bispo D. Francisco Santana tinha como tarefa reorganizar os seminários, acabando com o seminário menor e criando a “escola apostólica”. A ocupação do “Seminário da Encarnação”, como também era conhecido, deu origem a um comunicado anónimo, no dia 1 de novembro, dirigido aos católicos contra tal ocupação e convocando-os para uma concentração para aquele dia, pelas 16 horas, junto à Sé, com o propósito de mostrarem o desacordo às Forças Armadas e exigir a sua entrega à diocese. Alega-se no comunicado que o Bispo D. Francisco Santana fora obrigado a ceder após ter sido insultado e humilhado. Contudo, a devolução não se verificou, nem com as manifestações a favor da devolução do espaço à diocese do funchal. Posteriormente, instalou-se naquele espaço a escola Bartolomeu Perestrelo.<sup>124</sup>

Antes de falar a ocupação do Centro da Emissora Nacional, é essencial abordarmos neste capítulo a Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira, uma associação política separatista. A FLAMA incentivou a sua ação revolucionária no decorrer do ano 1975, reunindo-se clandestinamente, emitindo comunicados não assinados anunciando o seu ideal e as virtudes da independência da Madeira. A sua atividade caracterizou-se por intimidações e ameaças a comunistas, propondo-se também a expulsar os continentais e alguns juizes; pintar frequentemente a sua bandeira (azul e amarela com as quinas) nas paredes, produziram também isqueiros e postais com os seus logos; ameaçaram invadir o quartel de São Martinho; em agosto de 1975, anunciaram, em comunicado que tinham criado um governo clandestino na Flórida e que tinham enviado embaixadores aos países onde estavam emigrantes madeirenses, mais concretamente à Venezuela, onde fizeram uma coleta para angariar fundos destinados à sua atividade subversiva; alguns atentados, apesar da FLAMA ter anunciado publicamente que não utilizava bombas, contudo algumas pessoas detidas por suspeitas de serem bombistas estavam associadas ao movimento independentista e emitiram modelos de uma moeda, designado o “Zarco”. Com o intuito de criar um banco emissor para a sua moeda, a 29 de Setembro de 1975, promoveram o arranque do letreiro do banco

---

<sup>124</sup> GOUVEIA, Gregório, *Madeira: Tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*. Funchal, 2002, pág 122.

Totta e Açores- Banco da Madeira, tendo sido retirada, perante várias pessoas, a palavra Totta do edifício. Voltando à ocupação do Centro da Emissora Nacional, foram também os separatistas que invadiram o edifício na Rua dos Netos no dia 7 de Outubro de 1975, aos independentistas juntaram-se retornados das ex-colónias. Durante a ocupação, emitiram o “Bailhinho da Madeira”, outra música regional e um comunicado. Este comunicado continha as linhas mestras da orientação política e de programação para a emissora. Pretendiam o regresso dos jornalistas suspensos Armindo Abreu, Juvenal Xavier e Duarte Canavial. Durante o seu tempo de emissão exigiram a “Expulsão imediata do arquipélago do padre José Martins Júnior e Milton Morais Sarmento, na altura diretor do *Comércio do Funchal*, por considerarem que fomentavam a desunião no seio da comunidade madeirense.”<sup>125</sup>

Relativamente aos atentados, foi essencialmente a partir de agosto de 1975 que a violência se instalou. Sucessivos rebentamentos como os do Avista Navios, na véspera da festa do Monte; os transmissores do Centro Regional da Emissora Nacional, localizados no Monte, assim como foi colocada uma bomba junta à estação, na Rua dos Netos; numa padaria em São Jorge foi alvo de uma explosão por um engenho explosivo, por se considerar que o proprietário, Álvaro Branco, era comunista; de viaturas de personalidades ligadas à esquerda política madeirense; na sede da União Democrática Popular e da do Partido Socialista ( no Porto Santo); na residência dos padres do Pombal; na Rua da Levada e na Levada do Cavalo e numa ponte, em Santa Cruz, que aguardava a passagem do Almirante Pinheiro Azevedo, primeiro ministro do VI Governo Provisório, na sua deslocação à Madeira, tendo sido desviado o seu trajeto por suspeitas de atentado. Considerando que, os principais atentados foram a personalidades da esquerda madeirense e a instituições nacionais, é razoável considerar, como refere Gregório Gouveia, que os movimentos separatistas e de direita detinham a responsabilidade destes atos.<sup>126</sup>

Por outro lado, a 29 de junho de 1974, realiza-se no Pavilhão Gimnodesportivo do Funchal uma assembleia da recém-criada União do Povo da Madeira (UPM), associação política de esquerda partidária, que teve como fundadores o núcleo do *Comércio do Funchal*, com o objetivo de coordenar a luta popular na região. Defendia uma sociedade

---

<sup>125</sup> *Ibidem*, pág 133.

<sup>126</sup> *Ibidem*, pág 132.

socialista sem classes, anticapitalista e anticolonialista e apelava “pela tomada do poder pelos trabalhadores”.<sup>127</sup> Os dirigentes da UPM entendem que a autonomia que os governantes tencionam implementar irá aumentar a discrepância social na região, concedendo às famílias necessitadas um salário mínimo precário. Posto isto, fundaram a Comissão do Salário Mínimo para as ilhas com o objetivo de analisar as condições de aplicação do salário mínimo nacional na região e de realizar um estudo da situação económica e social nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, estabelecendo normas para os pagamentos.<sup>128</sup> De maneira a analisar e negociar a aplicabilidade do salário mínimo nacional na Madeira, dirigiu-se à ilha uma Comissão Interministerial, constituída por representantes dos ministérios do Trabalho, da Coordenação Económica e dos Assuntos Sociais. Com a presença da Comissão do Salário Mínimo, a UPM decide realizar um comício no Jardim Municipal no dia 2 de agosto de 1974, para abordar a questão salarial na ilha, dirigindo-se os participantes até ao edifício da Junta Geral, onde estavam a decorrer as respetivas negociações. Os manifestantes impedem a saída da Comissão Interministerial enquanto não houvesse garantias da aplicação do salário mínimo nacional na região, resultando, após horas de resistência, na cedência por parte da comissão a favor dos manifestantes. De salientar que esta conquista para o povo madeirense foi resultado da primeira ação de massas da UPM.<sup>129</sup> A 21 de outubro, o Sindicato dos Operários da Construção Civil organiza uma manifestação de trabalhadores com o apoio a UPM. Percorrem o Funchal entoando palavra contra o governador civil Fernando Rebelo e realizam um comício com aproximadamente sete mil pessoas no Jardim Municipal. No início de 1975, a UPM incentiva patrulhamentos populares para impedir a circulação de separatistas, considerados de fascistas, sendo frequente os confrontos físicos entre ambas as partes. A 15 de fevereiro de 1975, Fernando Rebelo autoriza a realização de um comício no Jardim Municipal do Movimento de Libertação do Arquipélago da Madeira (MLAM), que originou uma contramanifestação organizada pela UPM, contando com o apoio dos sindicatos e das forças políticas de extrema-esquerda. Temendo confrontos físicos, o governador civil cancela ambas as manifestações, enquanto o MLAM recua, a

---

<sup>127</sup> “UPM- Princípios gerais do movimento”, edição regional, nº 2254, 1 de julho 1974, pág 4.

<sup>128</sup> VARELA, Raquel e PEREIRA, Luísa Barbosa, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*. Lisboa, Edições Parsifal Lda, 2017, pág 106.

<sup>129</sup> *Ibidem*, pág 108.

UPM manteve o protesto como demonstração da força esquerdista na ilha, entoando palavras de ordem antifascistas, como “Fora, Fascistas” e “O povo é quem mais ordena”.<sup>130</sup>

Respetivamente à ação da igreja católica madeirense, é justo afirmar que não renunciaram a intervenção política neste período em estudo. A intervenção da igreja começou com a chegada à Madeira do recém-nomeado Bispo do Funchal, D. Francisco Santana a 12 de maio de 1974, com o objetivo de travar os acontecimentos revolucionários na região.<sup>131</sup> Após a sua chegada, surgiu uma organização juvenil, designada por Movimento dos Jovens Cristãos da Madeira (JCM), com diversas áreas de atividades culturais, estendendo-se por toda a região. D. Francisco Santana reestruturou o jornal da diocese, colocando como diretor do periódico o Dr. Alberto João Jardim, com o objetivo de apresentar uma melhor doutrinação da ideologia católica na ilha.<sup>132</sup> Durante este período a igreja na Madeira presenciou uma cisão, entre a vertente tradicionalista, a do Bispo D. Francisco Santa, e a vertente progressista, representada pelos “padres do pombal”<sup>133</sup> que pretendiam uma nova ordem no interior da igreja regional. Contudo, a ação da igreja madeirense no período em análise fundamenta-se essencialmente pela condenação das políticas de esquerda condenando os avanços do comunismo e do socialismo:

“um comunismo utópico, nas suas mais variadas formas, para obrigar o país a recuar para 1917, ainda que se tenha de destruir tudo o que tínhamos de bom, de são e de aproveitável. Que significa o aumento do desemprego, a maior criminalidade e roubo, a queda na bancarrota, a paralisação da produtividade...”<sup>134</sup>

---

<sup>130</sup> *Ibidem*, pág108.

<sup>131</sup> CALISTO, Luís, *Achas na Autonomia*. Funchal, Diário de Notícias do Funchal, 1995, pág 26.

<sup>132</sup> *Ibidem*, pág 35.

<sup>133</sup> Grupo composto por Manuel Marques Luís, Mário Tavares Figueira, Gabriel Lino Cabral, Francisco Sidónio Figueira, José Maria Araújo, João A. Ruffino da Silva, Rafael Maria Andrade, João da Cruz Nunes, João Ferreira, Tomé Célio Sumares, Gabriel Arcanjo de Sá, José Vieira Pereira, José Martins Júnior, José Manuel Paquete de Oliveira, Silvério Aníbal de Matos e Emanuel Eleutério Ornelas.

<sup>134</sup> GOUVEIA, Gregório, *Madeira: Tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*. Funchal, 2002, pág 126.

Desta maneira, o combate ao avanço da esquerda na ilha fez com que, a 5 de novembro de 1974, D. Francisco Santana intimidasse o padre Martins a entregar a chave da igreja da Ribeira Seca, onde era pároco, tendo mandado polícias para cercarem o edifício durante 18 dias. Posteriormente, o senhor Bispo suspende o padre Martins Júnior, não aceitando, os paroquianos da Ribeira Seca, a sua substituição, ficando a igreja despovoada até ao seu regresso. É de salientar, que a ação da igreja madeirense contra os movimentos de esquerda não se limitou às iniciativas de D. Francisco Santana, por toda a ilha alguns párocos difundiram ataques às respetivas ideologias<sup>135</sup>

Sobre as movimentações populares de Machico, podemos afirmar que foi neste concelho que surgiram diversas organizações civis, dirigidas por pessoas de esquerda política, que serviram de suporte político na altura em questão. Foi criado o Centro de Informação Popular, a União das Bordadeiras, a Cooperativa Povo Unido e, na Câmara Municipal, no seguimento da escolha do povo de três elementos (José Alexandre Teixeira, por Machico; João de Lemos, pelo Porto da Cruz; José Lúcio R. Martins, do Caniçal) para a Comissão Administrativa, foram instituídas comissões de trabalho especializadas por tarefas: Comissão para os Assuntos rurais, Comissão para os Assuntos Marítimos, Comissão para o Turismo, Comissão para as Obras Públicas e Comissão para os Assuntos Culturais. No dia 1 de Maio de 1975, Carlos Azeredo deu posse a estas Comissões.<sup>136</sup> Destas instituições é de destacar o Centro de Informação Popular, fundado por um grupo de jovens de Machico que procuram responder à necessidade de estudar os problemas da sua localidade e encontrar solução para os mesmos. Do grupo de jovens fundadores salienta-se José Martins Júnior, pároco da Ribeira Seca, mencionado anteriormente neste trabalho, considerado durante a existência do Centro de Informação Popular, como o seu principal mentor. As áreas de intervenção do Centro de Informação Popular foram, maioritariamente, a mudança de governação municipal; a extinção do regime de *colônia*; a formação de cooperativas de produção e consumo; as reivindicações de vários setores laborais, como as bordadeiras, os trabalhadores das conservas, da construção civil, da indústria hoteleira, os baleeiros e o alojamento dos refugiados da guerra colonial. Não obstante, esta instituição deteve um papel informativo significativo, noticiando à

---

<sup>135</sup> *Ibidem*, pág 128.

<sup>136</sup> *Ibidem*, pág 130.

população da realização de atividades culturais. Na esfera política, o Centro de Informação Popular transmitiu à comunidade as ideias do 25 de Abril de 1974, as suas denúncias aos opositores e a sua contestação ao separatismo regional.<sup>137</sup>

Por fim, como Bernardo Martins nos explica, a revolução iniciada com o 25 de Abril na Madeira fez surgir três ambições entre o povo madeirense, a autonomia, o separatismo e a independência. A autonomia prevaleceu, legal e institucionalmente, em relação aos outros destinos políticos, com a comissão em julho de 1975 na Assembleia Constituinte, para analisar as futuras disposições referentes às autonomias da Madeira e dos Açores. Integraram pela Madeira, os deputados madeirenses Emanuel Rodrigues do Partido Popular Democrático (PPD) e Monteiro de Aguiar do Partido Socialista (PS). Deste modo, a setembro de 1975, a Federação Regional da Madeira do Partido Socialista apresentou à Assembleia Constituinte uma proposta sobre a autonomia das ilhas, defendendo que as regiões da Madeira e dos Açores teriam uma autonomia político-administrativa através de uma Assembleia Legislativa Regional, eleita por sufrágio universal e uma junta governativa eleita pela assembleia com poderes executivos. No mesmo mês, os deputados do Partido Popular Democrático da Madeira na Assembleia Constituinte oficializaram uma proposta sobre a autonomia das ilhas, defendendo que a autonomia da Madeira e Açores detinha os poderes de legislar, administrar o seu património, angariar receitas cobradas nas ilhas e tutelar as autarquias locais, não podendo estas medidas prejudicar a integridade e soberania da nação. Para o Partido Popular Democrático, os órgãos de poder regional seriam a Assembleia Legislativa Regional, também eleita por sufrágio universal, e o conselho Regional eleito pela Assembleia, havendo um comissário da República nomeado pelo Presidente da República. Em Outubro de 1975, foi a vez do Partido Comunista Português da Madeira apresentar a sua proposta de autonomia regional, apelando para que a Madeira e os Açores fossem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos, respeitando os princípios da integridade do Estado e do regime democrático, possuindo competência de legislar, tutelar as autarquias locais e ter receitas próprias.<sup>138</sup> Posto isto, a autonomia da região

---

<sup>137</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “ O Centro de Informação Popular de Machico, Um polo dinamizador da Revolução do 25 de Abril (de 25.Abril a 25.Novembro). Universidade da Madeira. 2015, cf. (dissertação de mestrado).

<sup>138</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “ O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”. Universidade da Madeira, 2022, pág 506-507. (tese de doutoramento).

ficou consagrada em 1976, contando com a aprovação dos partidos da Assembleia Constituinte, através da criação da Assembleia Regional da Madeira e a aprovação da Constituição da República Portuguesa, colocando fim aos conflitos políticos que marcaram o pós 25 de Abril na Madeira.

### **Capítulo III - O Comércio do Funchal: um jornal marxista-leninista na Madeira**

#### **1. O Comércio do Funchal: uma breve caracterização**

O Comércio do Funchal, relançado em 1966, tinha como proprietário João Carlos de Veiga Pestana e direção de Vicente Jorge Silva. Ganhou notoriedade por ser o único jornal de referência na Madeira de oposição ao regime, representando uma alternativa face à lealdade dos outros jornais madeirenses com o regime e a igreja. O “Jornal Cor de Rosa”, como era conhecido devido à sua cor característica, alcançou popularidade nacional, especialmente depois de uma edição especial inspirada no Maio de 68, que originou uma suspensão de vários meses por parte do regime.

“Era a oportunidade de termos um jornal nosso, contra o paroquialismo sufocante e a fealdade gráfica dos outros jornais regionais. Imprimimo-lo em papel cor-de-rosa para sublinhar a diferença”.<sup>139</sup>

Até ao 25 de Abril de 1974, o *Comércio do Funchal* debatia de forma inovadora e crítica os problemas da Madeira e os temas nacionais, estes de abordagem mais complicada devido à censura, e ao contexto internacional marcado pela guerra do Vietname, cuja análise constituía a única forma dos colaboradores do jornal refletirem indiretamente acerca da guerra colonial portuguesa.<sup>140</sup> Após o 25 de Abril, a redação do jornal passou a incidir em críticas ao antigo regime e à sociedade dele herdada, concentrando-se na propagação de ideais que fomentavam uma mudança drástica no

---

<sup>139</sup> NOBREGA, Tolentino de, “Jornal “cor-de-rosa” nasceu há 40 anos no Funchal”. *Público*, 2007, disponível em <https://www.publico.pt/2007/01/02/jornal/jornal-corderosa-nasceu-ha-40-anos-no-funchal-114737>, consultado a 5 de agosto de 2023.

<sup>140</sup> *Ibidem*.

cenário político económico e social na Região Autónoma da Madeira, em Portugal Continental e nas antigas colónias. Estas ideias procuravam valorizar a classe proletária, explorada pelos interesses do patronato.

O *Comércio do Funchal* era um semanário, contudo devido à sua enorme procura e à grande afluência de acontecimentos que marcaram Portugal depois da queda do antigo regime, este periódico anunciou a 9 de maio de 1974 que haveria de ter duas edições semanais: uma edição regional e outra para Portugal Continental, servindo dois propósitos distintos.<sup>141</sup>

A edição continental, detinha uma natureza mais ideológica e universal, tendo em conta que o setor informativo estava totalmente absorvido pela imprensa diária. Disponha de oito rubricas, intituladas de: “O Fascismo não passará”; “O que é a democracia burguesa”; “Pela emancipação dos trabalhadores”; “A construção do socialismo”; “Povos de todo o mundo uni-vos”, “A voz da imprensa popular”; “Os Povos das colónias vencerão” e “Frente Sindical”.

A rubrica designada por “O Fascismo não passará”, era das mais frequentes e denunciavam movimentos políticos e patronais considerados de fascistas, alertando à população para os respetivos perigos que acreditavam estar iminente com estas mobilizações.<sup>142</sup>

A “O que é a democracia burguesa” era o espaço do jornal dedicado à exposição dos defeitos da burguesia e das sociedades capitalistas. Continha artigos de crítica a empresas, e a grandes grupos económicos, por considerarem que estes eram exploradores do povo com ambições desmedidas.<sup>143</sup> Do mesmo modo, publicavam textos criticando a atividade dos partidos defensores de uma “sociedade capitalista”, como o Partido Popular Democrático e o Partido Socialista, acusando-os de privilegiarem o patronato e de promoverem a discrepância de classes na sociedade.<sup>144</sup>

Relativamente à rubrica “Pela emancipação dos trabalhadores”, tinha como objetivo a defesa e valorização da classe operária. Redigiam textos com o intuito de

---

<sup>141</sup> “O desafio”, *Comércio do Funchal*, nº 2248, 9 de maio 1974, pág 2.

<sup>142</sup> “O Fascismo não passou- não passará”, *Comércio do Funchal*, nº 2261, 3 de outubro 1974, pág 5.

<sup>143</sup> “Uma história exemplar, a crise do BIP, o capital e a democracia”, *Comércio do Funchal*, nº 2268, 19 de dezembro 1974, pág 2.

<sup>144</sup> “Reconstrução Nacional: Invenção da burguesia para “solução” da crise económica”, *Comércio do Funchal*, nº 2272, 30 de janeiro 1975, pág 5.

influenciar greves e manifestações nas fábricas e nos campos, apelando a uma união laboral.<sup>145</sup> Divulgavam também cartas recebidas por trabalhadores, expondo assim as condições que estavam sujeitos, incentivando uma mudança laboral e social.<sup>146</sup>

Sobre a coluna “A construção do Socialismo”, esclareciam determinados conceitos íntimos da doutrina marxista-leninista, explicando as respetivas etapas para a construção do socialismo. Nesta coluna abordavam casos internacionais, como os da República Popular da China e da Albânia, transcrevendo textos dos respetivos líderes políticos e enaltecendo as conquistas políticas que os povos destes países alcançaram.<sup>147</sup>

Na coluna “Povos de todo o mundo uni-vos”, o *Comércio do Funchal* dedica-se à análise de determinados fenómenos de carácter marxista que ocorrem em diversos países, como por exemplo, o Vietnam, o Camboja e a Namíbia. Redigem textos a contextualizar determinada insurreição, ou greve, para posteriormente destacar a sua importância para o cenário político do respetivo país.<sup>148</sup> Enaltecem simultaneamente a universalidade da causa proletária, apelando à união internacional contra o imperialismo.<sup>149</sup>

“A voz da imprensa popular” era o espaço disponibilizado para expor entrevistas realizadas por membros do jornal a trabalhadores operários e rurais. Tem como propósito a exposição e divulgação da exploração laboral, bem como a valorização do papel dos trabalhadores na sociedade.<sup>150</sup>

Sobre a coluna “Os povos das colónias vencerão”, o jornal transmitia movimentos políticos de libertação passados nas antigas colónias africanas, com especial destaque às portuguesas, denunciando e criticando, simultaneamente, mobilizações consideradas imperialistas que combatiam a vontade popular.<sup>151</sup> Exaltavam também, mobilizações sociais ocorridas nestes mesmos países face a exploração patronal.<sup>152</sup>

---

<sup>145</sup> “A lei anti-greve: uma lei ao serviço do capital”, *Comércio do Funchal*, nº 2261, 3 de outubro 1974, pág 11.

<sup>146</sup> “A luta dos ajudantes de farmácia”, *Comércio do Funchal*, nº 2266, 5 de dezembro 1974, pág 11.

<sup>147</sup> “Como foi resolvida a questão do desemprego na china”, nº 2264, 21 de Novembro 1974, pág 14.

<sup>148</sup> “Namíbia”, *Comércio do Funchal*, nº2262, 10 de outubro 1974, pág 11.

<sup>149</sup> “Novas vitórias para as tropas patrióticas”, *Comércio do Funchal*, nº 2263, 17 de outubro 1974, pág 14.

<sup>150</sup> “O 6 de dezembro”, *Comércio do Funchal*, nº 2262, 10 de outubro 1974, pág 16.

<sup>151</sup> “A África do sul: um fiel defensor do imperialismo”, *Comércio do Funchal*, nº 2268, 19 de dezembro 1974, pág 12.

<sup>152</sup> “Comunicado da delegação do PAIGC”, *Comércio do Funchal*, nº 2263, 17 de outubro 1974, pág 10.

Por fim, na rubrica “Frente Sindical” expõem a atividade de vários sindicatos, como a realização de eleições e alterações nos programas. Destacam juntamente nesta coluna a importância dos sindicatos na luta de classes e na defesa operária.<sup>153</sup>

Relativamente à edição regional, como o nome indica, abordava o contexto político, laboral e social do arquipélago da Madeira. Nesta edição os redatores comprometiam-se especialmente a ser os mensageiros ativos dos operários madeirenses. Inicialmente designada por edição regional e posteriormente separata regional, detinha algumas rubricas em conjunto com a edição continental, como “O fascismo não passará”, “O que é a democracia burguesa”, “Pela emancipação dos trabalhadores” e “Povos de todo o mundo uni-vos” e “ Os povos das colónias vencerão”. Além destas seis colunas, esta versão do jornal possuía mais uma nomeadamente, “Por uma cultura popular”.

Sobre a rubrica “O fascismo não passará”, o *Comércio do Funchal* denuncia movimentos que na sua ótica estão ligados ao regime deposto. Expõem feitos de personalidades políticas associadas ao Estado Novo, criticando assim meios de comunicação e partidos políticos, como é o caso do *Jornal da Madeira*, do Partido Popular Democrático e do Partido do Centro Democrático Social (CDS).<sup>154</sup> Por outro lado, também exaltam movimentos contestatários a organizações de direita consideradas pelo jornal de fascistas, como é o caso das manifestações ao comício do CDS no Porto a 25 de janeiro de 1975.<sup>155</sup>

Relativamente à coluna “o que é a democracia burguesa”, à semelhança da versão geral, criticavam as sociedades capitalistas, contendo artigos de crítica a empresas e a grandes grupos económicos, por considerarem que estes eram exploradores do povo e de promoverem os hábitos de servilismo.<sup>156</sup>

“Pela emancipação dos trabalhadores”, era o espaço onde os redatores transmitiam as dificuldades laborais da população madeirense, expondo várias situações de

---

<sup>153</sup> “ A construção do sindicato”, *Comércio do Funchal*, nº 2268, 19 de dezembro 1974, pág 19.

<sup>154</sup> “Isolemos o jornal da madeira”, *Comercio do Funchal*, edição regional, nº2260, 26 de setembro 1974, pág 2.

<sup>155</sup> “ 25 de janeiro: um passo importante, em frente, na luta anti-fascista”, *Comercio do Funchal*, edição regional, nº 2271, 28 de janeiro 1975, pág 8.

<sup>156</sup> “ Madeira House- as operárias lutam pelo pão”, *Comercio do Funchal*, edição regional, nº 2271, 28 de janeiro 1975, pág 11.

desvalorização operária, como por exemplo, salários baixos, horas extraordinárias sem remuneração e a inexistência de férias e subsídios.<sup>157</sup>

Na rubrica “ Povos de todo o mundo uni-vos”, tal como na versão continental, o jornal tratava de transmitir aos leitores movimentos marxistas-leninistas de carácter internacional, apelando a uma união da causa, de maneira a conseguir ter o impacto desejado na sociedade.<sup>158</sup>

Como foi referido anteriormente, a coluna “Os povos das colónias vencerão” era publicada em ambas as edições, dando destaque a vitórias obtidas por parte dos movimentos de libertação dos países ainda sob jugo colonial.<sup>159</sup>

Nas páginas dedicadas à rubrica “Por uma cultura popular”, o jornal dedica-se a movimentos culturais, louvando os costumes e tradições da ruralidade madeirense. Divulga da mesma forma a arte popular, publicando poemas de carácter rural e humilde.<sup>160</sup>

É de destacar que na edição regional a rubrica mais regular era “Pela emancipação dos trabalhadores”, dispondo muitas vezes de mais conteúdo, devido a se tratar de jornal marxista-leninista, e, desta maneira, tendo como principal missão ideológica e social a elevação dos trabalhadores.

No entanto, apesar do sucesso inicial, o semanário encerrou a sua atividade em 1976, após várias paragens devido a dificuldades económicas.<sup>161</sup>

## 2. A ideologia Marxista-leninista

Sendo o *Comércio do Funchal* um jornal assumidamente Marxista-leninista,<sup>162</sup> o seu conteúdo informativo estava condicionado e influenciado por este respetivo ideal político. Assim sendo, de maneira a realizar uma melhor análise das interpretações do

---

<sup>157</sup> “ Intervenção de uma operária de bordados”, *Comercio do Funchal*, edição regional, nº 2262, 10 de outubro 1974, pág 2.

<sup>158</sup> “ O saneamento dos traidores à causa eritreiana”, *Comercio do Funchal*, edição regional, nº 2268, 19 de dezembro 1974, pág 7.

<sup>159</sup> “ Uma batalha vitoriosa”, *Comercio do Funchal*, edição regional, nº2268, 19 de dezembro 1974, pág 8.

<sup>160</sup> “ Morreste pelo povo”, *Comercio do Funchal*, edição regional, nº 2265, 28 de Novembro 1974, pág 5.

<sup>161</sup>MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”, (tese de doutoramento), Universidade da Madeira, 2022, pág 620.

<sup>162</sup> “ O nosso compromisso”, *Comercio do Funchal*, edição regional, nº 2250, 25 de maio 1974, pág 1.

jornal sobre o contexto socioeconómico da ilha da Madeira abordarei, primeiramente, a respetiva ideologia em Portugal.

A ideologia Marxista-leninista em Portugal, a partir da década de sessenta, contou com uma adaptação própria da revolução chinesa, e dos conceitos proclamados pelo seu respetivo líder, Mao Tsé-Tung. A Revolução Cultural Chinesa alcançou notoriedade internacional após o XX Congresso do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que promoveu a denúncia do estalinismo e adotou uma política internacional de coexistência pacífica entre socialismo e capitalismo, iniciando, assim, o afastamento da República Popular da China face à União Soviética. As divergências entre os dois maiores representantes do socialismo ganharam outra dimensão, quando a República Popular da China publicou, em 1960, três estudos nos seus jornais *Bandeira Vermelha* e *Diário do Povo*, considerados a “Bíblia do maoísmo”. Neles opõem-se a coexistência pacífica e se esclarece que a contradição principal não opunha os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas o imperialismo ao movimento anti-imperialista mundial. No decorrer da década a dissidência chinesa cresce, com diversos partidos comunistas a aderirem as teses maoístas, com destaque para o Partido do Trabalho da Albânia e de outras organizações na Ásia e Pacífico. Posteriormente o Partido Comunista da China adota uma postura autónoma, tendo como pilares, a denúncia do imperialismo da URSS, considerado mais perigoso que o norte americano devido a se assumir de socialista; a importância concedida às forças camponesas e aos movimentos anti-imperialistas e de libertação nacional, elementos considerados imprescindíveis da revolução socialista. Desta maneira, promoveram a divisão no movimento comunista, impulsionando a criação de partidos marxistas-leninistas separados ideologicamente do movimento comunista de inspiração soviética.<sup>163</sup>

Segundo Miguel Cardina, é legítimo afirmar que o movimento Marxista-leninista português surgiu após a dissidência de Francisco Martins Rodrigues com o Partido Comunista Português, em 1963, adotando uma postura ideológica semelhante à República Popular da China.<sup>164</sup> Esta cisão, influenciada pelo conflito sino-soviético, teve por base a

---

<sup>163</sup> ROSAS, Fernando; BRITO, J.M Brandão, *Dicionário de História do Estado Novo, Vol I e II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pág 540-551.

<sup>164</sup> CARDINA, Miguel, *Margem de certa maneira -O maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Coimbra: Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 2010, pág 52. (Tese de doutoramento).

crítica da via pacífica para o socialismo e o centralismo burocrático do Partido Comunista da União Soviética:

“Na análise de Francisco Martins Rodrigues, a característica fundamental da nova fase de combate em Portugal consistia no aparecimento da «ação armada como forma de luta que tenderá a tornar-se cada vez mais determinante». Para isso contribuiriam o ciclo de revoluções de libertação nacional nas colónias, auxílio precioso na batalha contra o fascismo, e que exigiria «combater intransigentemente o chauvinismo entre as massas», impulsionando a «solidariedade atuante» com os povos das colónias. Por outro lado, «a guerra colonial, o aumento da miséria das grandes massas proletárias e camponesas e o recrudesimento da opressão fascista» haviam dado origem a «formas superiores de luta».”<sup>165</sup>

Assim sendo, o movimento Marxista-leninista português identificava-se com a ideologia de Mao Tsé-Tung, divergindo com a URSS e, desta maneira, com o Partido Comunista Português, considerando-o deturpador do Marxismo-leninismo. Acreditavam na espontaneidade das massas operárias, e que apenas estas eram capazes de derrubar o regime através da luta armada, impondo uma democracia popular.

Dito isto, o *Comércio do Funchal* abordava a sociedade demonstrando a sua simpatia ideológica, tratando os mais diversos assuntos com mensagens de doutrinação política e social. O jornal concentrava-se, empenhadamente, nos problemas da classe operária, expondo as realidades dos diversos setores de trabalho, apelando à sua emancipação e criticando veementemente o patronato. Para os seus redatores, o desfavorável cenário socioeconómico da Madeira era responsabilidade do regime capitalista e opressor, que impedia a evolução laboral e, consequentemente, social da região.

“É por isso que temos dito no nosso jornal, que as liberdades de que hoje gozamos, não são as do programa da classe operária, as da democracia popular. Por isso há um longo caminho a percorrer, até que as fábricas já não mais pertençam aos capitalistas, mas coletivamente à classe operária. Quando o poder

---

<sup>165</sup> *Ibidem*, pág 53.

político for conquistado pelas massas trabalhadoras, a opinião dos operários, expressa coletivamente é que vigorará.”<sup>166</sup>

## **Capítulo IV - Análise do *Comércio do Funchal* ao cenário socioeconómico na Madeira**

### **1. Denúncia Laboral**

O *Comércio do Funchal*, após o 25 de Abril de 1974, caracterizou-se essencialmente pela defesa da classe trabalhadora, que consideram a base da sociedade. Dito isto, analisavam na separata regional a sociedade madeirense denunciando, na sua ótica, o que prejudicava o bom funcionamento laboral e social da região.

“(…) queremos apenas o que procuramos tornar claro nas colunas do nosso jornal. A defesa intransigente dos interesses do povo trabalhador madeirense, a denúncia dos vários oportunismos que nesta hora se manifestam dos mais diversos lados, a luta sem tréguas com a reação fascista e a exploração capitalista. (...) Para nós a escolha é clara: recusamos compromissos para assumirmos um único compromisso- aquele que nos une ao povo trabalhador.”<sup>167</sup>

Assim sendo, o jornal denunciou diversas situações relacionadas com os problemas dos trabalhadores madeirenses nas mais variadas áreas, deficiências nos principais setores da economia madeirense e adversidades sociais em respetivas zonas.

Sobre o setor laboral, o *Comércio do Funchal* denuncia e expõem várias situações de precariedade laboral em diferentes locais de trabalho. Evidenciam o papel laboral das mulheres destacando o seu contributo para a economia local, analisando a indústria dos bordados, as operárias da eletrónica e o seu contributo para o turismo. Sobre as bordadeiras, o jornal tenciona informar sobre a desconsideração e desvalorização presente na vida destas operárias, abordando diversos problemas existentes nas suas vidas, tais

---

<sup>166</sup> “Dizemos não às táticas do patrão”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2248, 18 de maio 1974, pág 2.

<sup>167</sup> “O nosso compromisso”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2250, 25 de maio 1974, pág 1.

como: a inexistência de um período razoável de férias; os baixos subsídios de férias; a atitude excessivamente controladora por parte da entidade patronal; o elevado custo de vida e a insuficiente remuneração.<sup>168</sup> Ainda sobre o setor dos bordados, o *Comércio do Funchal* reforça o facto de haver bordadeiras rurais, situadas por toda a ilha da Madeira e Porto Santo. *As bordadeiras de casa*, como também eram chamadas, detinham uma remuneração inferior às da fábrica e o seu salário diário dependia da quantidade produzida, sendo da sua inteira responsabilidade as despesas que o trabalho exigia. A necessidade económica obrigava-as a permanecer na porta das suas casas sozinhas ou em grupos durante horas, devido ao bordado ser um complemento para débil situação financeira da família.<sup>169</sup> Assim sendo, o jornal partilha entrevistas realizadas em diferentes localidades, onde é possível constatar a baixa remuneração, a inexistência de férias e de descontos para segurança social.

“Temos pessoas que estão na firma há 10, 15, 20 e mais anos e só a partir de 10 anos, chegam a ter 3 semanas de férias, e continuam a ter sempre 3 semanas, nem que cheguem a ter 20 ou 30 anos de casa.”<sup>170</sup>

“Tirando 1 hora e tal, vá lá, hora e meia ou duas horas para fazer o comer, comer, e mais qualquer coisa, fica em 13 horas! E tem o dom do trabalho, que nem toda a gente tem. Ela diz que lhe pode render 25 a 30 escudos por dia, conforme o trabalho.”<sup>171</sup>

Relativamente às operárias de eletrónica da PORTEX, o jornal publica uma entrevistas e depoimentos de funcionárias, onde dão a conhecer as condições de trabalho a que estas funcionárias estão sujeitas. Nas entrevistas, as operárias afirmam: não terem

---

<sup>168</sup> “A vida das operárias de bordados”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2259, 19 de setembro 1974, pág 6.

<sup>169</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”, (tese de doutoramento), Universidade da Madeira, 2022, pág 148.

<sup>170</sup> “A vida das operárias de bordados”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2259, 19 de setembro 1974, pág 6.

<sup>171</sup> “Falam bordadeiras de S. Martinho”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2251, 30 de maio 1974, pág 5.

direito a médico e se for necessário deslocarem-se até um é descontado na remuneração; que em caso de não fazerem horas extraordinárias são demitidas; sofrerem de negligência patronal, dando como exemplo, uma funcionária que desmaiou tendo permanecido três horas sem assistência médica; possuírem uma remuneração baixa enquanto a dos gerentes é injustamente elevada.<sup>172</sup> Ainda sobre a PORTEX, a 25 de maio de 1974, o jornal escreve sobre a greve realizada pelas funcionárias na rua Dr. Fernão de Ornelas, onde se situava a fábrica, sendo esta uma das ruas mais movimentadas do centro do Funchal, no dia 23 de maio de 1974, que reivindicavam melhores condições de trabalho e um aumento justo dos salários:

“Nós fizemos esta greve, para exigir aquilo que não tínhamos na fábrica e que é necessário. Porque o Blandy não quer dar aquilo que precisamos, como por exemplo, um posto de socorros, que não temos. Aqui são muitas operárias (raparigas) a trabalhar e até pelo trabalho que fazemos muitas desmaiam ou outras coisas, e não temos nada cá.”<sup>173</sup>

Em relação ao papel das mulheres no turismo, destacam a exploração que as funcionárias da limpeza e da restauração estão sujeitas, dando o exemplo do hotel Madeira Palácio, e do complexo turístico da Matur. Sobre o primeiro, num artigo intitulado “Turismo: um caso” os redatores do jornal informam que as funcionárias são obrigadas a fazer a limpeza de dezasseis quartos duplos com casa de banho e varanda, detendo uma remuneração baixa desproporcional com o seu trabalho ao contrário dos gerentes. Afirmam, da mesma maneira, que o hotel já demitiu trabalhadores sem a respetiva indemnização, e que quando tem ocupação elevada obriga-os a trabalhar nas horas de folga a troco de uma escassa remuneração.<sup>174</sup> Respetivamente ao complexo turístico da Matur, expõem comunicados de funcionárias demitidas sem justa causa que

---

<sup>172</sup> Inquérito: Operárias da Eletrónica”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2241, 1 de maio 1974, pág 11-12/ “Operárias da eletrónica falam ao CF”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2263, 17 de outubro 1974, pág 5-6./ “ Portex- A luta contra as manobras do patrão e os seus lacais”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2274, 18 de fevereiro 1975, pág 6

<sup>173</sup> “PORTEX: “estamos em greve para reclamar os nossos direitos”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2250, 25 de maio 1974, pág 2.

<sup>174</sup> “Turismo um caso”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2251, 30 de maio 1974, pág 2.

afirmam nunca terem recebido remuneração extra por trabalharem folgas e horas excepcionais/extraordinárias.<sup>175</sup>

Um assunto que também tem destaque na separata do jornal é a situação do setor da construção civil, um setor importante na Madeira, que empregava muita mão-de-obra e que vai ser um dos mais reivindicativos durante o processo revolucionário. Desta maneira, divulgam as reivindicações que os trabalhadores da construção civil apresentaram junto da Associação dos Industriais da Construção Civil do Funchal, em Setembro de 1974, assentes em aumentos salariais, fixação do horário de trabalho nas 45 horas semanais, no direito ao 13º mês e a um mês de férias com o respetivo subsídio.<sup>176</sup> Na perspetiva de alcançar estas reivindicações, bem como a melhoria de condições laborais, como a segurança nas obras e o pagamento de ordenados em atraso, os operários de diversas empresas efetuaram paralisações de trabalho, como é o caso do trabalhadores da Erg Lda.<sup>177</sup> Para além das greves, alguns trabalhadores da construção civil para conseguirem as reivindicações esperadas ocuparam os locais de trabalho, como foi o caso dos funcionários das empresas Eusébio Pereira e José Gomes Pernetá que ocuparam o complexo turístico Inter-Altas em construção, no caniço, exigindo que esta firma estrangeira pagasse às referidas empresas, para que, desta maneira, fosse possível regularizar os seus salários.<sup>178</sup> Contudo, em algumas firmas as reivindicações não foram alcançadas, continuando o *Comércio do Funchal* a denunciar casos de precariedade laboral neste setor, como é o caso da empresa TURICASA, onde o jornal falou com alguns dos seus 150 funcionários. Os trabalhadores denunciam a tirania patronal, pois afirmam que são suspensos e despromovidos se decidirem ir ao sindicato, e alegam uma falta de segurança da empresa, alegando que já houve uma morte numa obra por falta de proteção:

---

<sup>175</sup> “Falam trabalhadores do turismo (Ribeira Seca)”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2252, 8 de junho 1974, pág 3.

<sup>176</sup> “Movimentação na construção Civil”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2259, 12 de setembro 1974, pág 6-7/ “Construção Civil: as reivindicações”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2259, 19 de setembro 1974, pág 7.

<sup>177</sup> “ERG- os operários falam da sua greve”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2266, 5 de dezembro 1974, pág 4-5.

<sup>178</sup> “Os operários ocupam a multinacional Inter-Altas”, *Comércio do Funchal*, nº2252, 12 de junho 1974, pág 4.

“(…) No dia 4 de fevereiro, morreu um trabalhador por loucura dos encarregados. O Pestana da Silva, do Estreito, caiu duma altura de 9 pisos. E não havia “quebra costas” numa altura daquelas! (...)”<sup>179</sup>

Em relação a outras áreas laborais, o *Comércio do Funchal* transmite a situação de vários trabalhadores em diferentes postos de trabalho da Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira (JAPAM). No artigo intitulado “Trabalhadores da JAPAM acusam”, informam que alguns manobreadores de guindastes, pedreiros, serralheiros e porteiros apesar de já trabalharem para a firma há alguns anos não constam nos quadros, detêm remunerações irregulares e horários de trabalho exagerados.<sup>180</sup>

“Eles metem-se na mania que há de ser como há vinte anos atrás. Sentei-me na máquina às 8 horas. Levantei às 12h, comecei às 13 h, levantei às 17 h. Entro às 18 e saio às 22 h. Não é todos os dias assim, mas é quase sempre. Trabalho 12 horas por dia!”<sup>181</sup>

Sobre aos motoristas de transportes públicos, o jornal dedicou especial destaque a uma greve deste setor, a 27 de julho de 1974, elaborando um artigo com o nome “Motoristas: porque fomos para a greve”. Aqui, os seus colaboradores partilham os depoimentos de diversos motoristas e cobradores dos transportes públicos, de maneira a esclarecer a respetiva situação laboral e o que motivou a greve. Os motoristas e os cobradores alegavam que a greve era devido ao não cumprimento por parte da entidade patronal da respetiva remuneração acordada a 1 de junho de 1974, estando ainda a receberem o valor respetivo ao contrato anterior, estipulado em 1972. Afirmavam também, que em conformidade com o que foi acordado deveriam ter direito a trinta dias de férias com 100% de subsídio, o que não estaria a ser respeitado:

---

<sup>179</sup> “Falam os operários da Construção Civil”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2260, 26 de setembro 1974, pág 7.

<sup>180</sup> “Trabalhadores da JAPAM acusam”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2253, 13 de junho 1974, pág 6-8.

<sup>181</sup> *Ibidem*, pág 6.

“Atualmente as férias são também por antiguidade e vão desde 2 semanas com 2 anos até 24 dias a partir dos 15 anos- o subsídio é de 50% do ordenado. Propusemos a partir do 4º ano, 1 mês de férias.”<sup>182</sup>

Ainda sobre os motoristas, mas de transporte de carga, o jornal menciona a conquista do aumento do salário por parte destes trabalhadores, expondo num artigo as respetivas remunerações atualizadas e os dias de férias a que têm direito.<sup>183</sup>

Relativamente a situação dos trabalhadores industriais, num artigo sobre a situação da fábrica de borracha Leacock destacam, à semelhança de outras situações, o contexto laboral a que estes funcionários estão sujeitos. Afirmam, que um representante do Sindicato dos Químicos esteve na Madeira surpreendendo-se com as más condições de trabalho. Denunciam as condições de higiene e de segurança da fábrica, e informam que face ao aumento do custo de vida a situação precária dos operários irá se manter, tendo em conta os seus baixos salários. Continuando no setor industrial, o *Comércio do Funchal* reporta, simultaneamente, diversas greves e outros movimentos reivindicativos operários, como determinadas ocupações a fábricas.<sup>184</sup>

Posto isto, ao analisar estas denúncias salienta-se a ideologia marxista-leninista no conteúdo do jornal, através da priorização e valorização da classe operária. O *Comércio do Funchal* focava-se nas queixas e declarações dos trabalhadores dos mais diversos setores de atividade, procurando expor o mau funcionamento dos mesmos. Deste modo, o jornal pretendia com o seu contributo mudar a sociedade, estruturando-a de forma a ser liderada pela classe trabalhadora.

---

<sup>182</sup> “Motoristas porque fomos para a greve”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2258, 3 de agosto 1974, pág 7.

<sup>183</sup> “ Motoristas de transporte de carga: uma vitória”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2271, 28 de janeiro 1975, pág 3.

<sup>184</sup> “O caso da fábrica de borracha Leacock”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2259, 12 de setembro 1974, pág 6./ “ Operários da Sociedade de serragens lutam contra despedimentos”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2274, 18 de fevereiro 1975, pág 5./ “Operários da Firma Veigas e Martins e Freitas lutam pelo saneamento e por melhores condições de trabalho”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2275, 29 de fevereiro 1975, pág 5-6./ “Operários da Madeira Impex lutam contra despedimentos” *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2271, 28 de janeiro 1975, pág 12.

## 2. Análise Económica

No primeiro número após o 25 de Abril, o *Comércio do Funchal* dedica três páginas a fazer uma análise dos principais setores económicos da Madeira: a agricultura, a indústria e o turismo. Criticam o cenário atual dos respetivos setores, atribuindo algumas causas, e apresentam algumas sugestões que, na sua ótica, iria resolver alguns dos problemas expostos.

### 2.1 A Agricultura

Relativamente à agricultura, o jornal critica veementemente a estrutura e forma de produção designada por regime de *colonia*, redigindo artigos a explicar aos leitores como funciona e em que se baseia.<sup>185</sup> Sobre este assunto, também partilha entrevistas realizadas a colonos para informar o quanto, na sua ótica, feudal e explorador era este regime:

“Chegada a altura das colheitas, estas só poderão ser colhidas se e quando o senhorio autorizar, e geralmente com a vigilância do senhorio. As colheitas são partidas em metade para o senhorio (que não teve qualquer trabalho ou despesa, era apenas proprietário da terra “nua”), e a outra metade para o colono.”<sup>186</sup>

Consideram que a crise agrícola presente na Madeira é a mais grave da sua história, devido a todas as culturas estarem em ruína, como é o caso da banana, da cana-de-açúcar e do vinho.<sup>187</sup>

Sobre a banana, acham que o enfraquecimento do comércio se deve maioritariamente à concorrência dos países africanos, que se impuseram no mercado continental, originando uma diminuição significativa da importação da banana madeirense.<sup>188</sup>

No que se refere a cana-de-açúcar, no período em que ocorreu o 25 de Abril, a produção não era rentável nem mesmo com o aproveitamento dos seus derivados

---

<sup>185</sup> “O regime de *colonia*”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2259, 19 de setembro 1974, pág 2.

<sup>186</sup> *Ibidem*, pág 2.

<sup>187</sup> “A Agricultura”, *Comércio do Funchal*, edição especial, nº 2241, 1 de Maio 1974, pág 4.

<sup>188</sup> *Ibidem*, pág 4.

(melaços, aguardentes, álcool), estando a cultura da cana sacarina em piores condições que a da banana.<sup>189</sup> Em finais de 1973 e inícios de 1974, foram anunciadas medidas tendentes a combater a crise agrícola, como a reconversão da cultura da cana-de-açúcar, para dar lugar a vinhedos, pomares e flores.<sup>190</sup> Dito isto, o *Comércio do Funchal* considera que esta cultura já não é do interesse dos madeirenses, visto que os agricultores a usam como uma tentativa desesperada de obter palha para o gado e ter, assim, algum rendimento. Julgam também, que o principal engenho da região, o Hinton, mantém a sua atividade devido a subsídios do estado.<sup>191</sup>

Em relação ao vinho, acham que este setor deixou de oferecer perspectivas sérias. Acusam as casas produtoras de viverem à sombra do passado, estando dependentes da habilidade dos mixordeiros, sem capacidade de se renovarem face as necessidades atuais.<sup>192</sup>

Tendo em conta a análise do cenário agrícola, informam que a maioria dos agricultores praticam uma agricultura de subsistência, utilizando os produtos cultivados somente para evitar a fome. Por esta conjuntura económica, responsabilizam não só o anacronismo das estruturas agrárias, mas também a cumplicidade estabelecida entre a administração pública e os senhorios rurais. Afirmam, que todas as mudanças realizadas tinham como objetivo a permanência económica dos mesmos grupos, desvalorizando as reais necessidades da população, típico, na sua perspetiva, de um regime capitalista.<sup>193</sup>

Por fim, estando conscientes da gravidade da situação rural madeirense, o jornal propõe um conjunto de medidas que consubstanciava numa verdadeira reforma agrária adaptada à realidade económica e social da ilha, sendo estas: a abolição imediata do sistema de colônia, com entrega imediata da terra aos caseiros, sem qualquer indemnização aos senhorios; a substituição do minifúndio por um sistema de emparcelamento, concentrando pequenas propriedades e, assim, obter um aproveitamento racional das explorações; o estudo da natureza dos terrenos e de localização das culturas,

---

<sup>189</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”, Universidade da Madeira, 2022, pág 148. (tese de doutoramento)

<sup>190</sup> *Ibidem*, pág 149.

<sup>191</sup> “A Agricultura”, *Comércio do Funchal*, edição especial, nº 2241, 1 de Maio 1974, pág 4.

<sup>192</sup> *Ibidem*, pág 4.

<sup>193</sup> *Ibidem*, pág 5.

com a consequente garantia da sua comercialização; abolição da rede de intermediários e sua substituição por um sistema de comercialização do estado; estímulos eficazes e exemplares à formação de cooperativas agrícolas autênticas; criação de centros de reunião e informação nas zonas rurais, onde as populações possam expor livremente os seus problemas e encontrar as respetivas soluções, disponibilizando também de formações sobre técnicas de cultivo; controlo pelo estado da propriedade das águas de rega, tornando-a absolutamente acessível aos camponeses.<sup>194</sup>

## 2.2 A Indústria

Relativamente ao setor industrial, o *Comércio do Funchal* considera que na Madeira não existe indústrias com suficiente expressão produtiva, já que assentava em produtos com baixa projeção económica, tais como os bordados e os vimes. Desta maneira, este setor não conseguia garantir as necessidades básicas da população, diminuindo a sua dependência do exterior. Afirmam que as indústrias que existem estão assentes na exploração de mão de obra barata, e situadas quase exclusivamente no Funchal, restringindo o meio rural à dependência da atividade agrícola.<sup>195</sup>

Esclarecem, que a inexistência de atividade industrial produtiva na Madeira deve-se à situação “colonial” de dependência em relação ao continente.<sup>196</sup> Perante esta situação, o jornal propõe duas medidas que, na sua ótica, melhorariam o cenário industrial regional. A primeira, prende-se pela criação de centros de desenvolvimento industrial ao serviço da satisfação das necessidades fundamentais da população madeirense, implementados em diversos lugares da ilha e não exclusivamente no Funchal, de maneira a permitir um desenvolvimento proporcional da região. A segunda, sustenta-se na organização de um setor de distribuição e mercado estatal, de maneira a extinguir a existência de intermediários e, assim, evitar o agravamento dos preços dos produtos:

“Organização do setor de distribuição e mercado na dependência direta do estado, em ordem a abolir os intermediários parasitas e especuladores suprimindo ainda os demais fatores que provocam o agravamento do preço dos produtos”<sup>197</sup>

---

<sup>194</sup> *Ibidem*, pág 5.

<sup>195</sup> “Indústria”, *Comércio do Funchal*, edição especial, nº 2241, 1 de Maio 1974, pág 5.

<sup>196</sup> *Ibidem*, pág 5.

<sup>197</sup> *Ibidem* pág 5.

### 2.3. O Turismo

Sobre o setor turístico, que era o principal setor económico da Madeira desde os anos 60, o jornal considera que as altas expetativas à volta do turismo estão desfeitas, não tendo, ao contrário do que o regime transmitia, melhorado a qualidade de vida da região. Afirmam, que o turismo só reforça a dependência da Madeira em relação ao exterior e que proporciona escassos postos de trabalho assentes na exploração laboral. Aham-no uma atividade não produtiva, contribuindo em contrapartida para o agravamento do custo de vida, aumentando os hábitos de servilismo e inferioridade, impostos à população madeirense por aqueles que a exploram.<sup>198</sup>

“ (...) Foi um grupo de 500 pessoas. Trabalhei uma semana das 3 da tarde às 8 da manhã do dia seguinte. Não pagaram horas extraordinárias. (...)”<sup>199</sup>

Por fim, denunciam o regime de apresentarem o turismo como a grande “esperança” para a Madeira, de tal forma que foram concedidos elevados empréstimos para a construção de hotéis e complexos turísticos isentos de impostos com o pretexto de que eram “utilidade pública”, quando, na perspetiva do jornal, apenas serviu para enriquecer alguns grupos económicos, e não a região.<sup>200</sup>

Em suma, o *Comércio do Funchal* considera que a situação económica na Madeira era precária e subdesenvolvida, responsabilizando o sistema económico vigente na região. Desta maneira, as sugestões que apresentam vão ao encontro da sua determinação ideológica, concentrando-se maioritariamente na liderança operária e na estatização dos setores mais importantes para o funcionamento económico da região.

---

<sup>198</sup> “Turismo”, *Comércio do Funchal*, edição especial, nº 2241, 1 de Maio 1974, pág 5.

<sup>199</sup> “Falam trabalhadores do turismo (Ribeira Seca)”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2252, 8 de junho 1974, pág 3.

<sup>200</sup> “Turismo”, *Comércio do Funchal*, edição especial, nº 2241, 1 de Maio 1974, pág 5-6.

### 3. Análise Social

Relativamente a conjuntura social da Madeira, apresentava, no período em estudo, uma sociedade muito estratificada, com uma maioria populacional a viver abaixo do limiar da pobreza. Uma pequena minoria da população detinha grande poder de compra e ostentação social, devido a monopolização dos meios de produção e distribuição, por sua vez a maioria da população detinha uma alimentação pobre e pouco diversificada, e a nível habitacional, viviam em bairros sem condições de higiene e privacidade.<sup>201</sup>

O jornal *Comércio do Funchal* revela uma grande atenção aos problemas sociais da Madeira, pelo que os seus jornalistas vão percorrer diferentes freguesias da ilha para expor e denunciar a maneira como as pessoas vivem. Realizam entrevistas com os locais, de modo a transmitir os diversos problemas presentes em cada comunidade.

Em Câmara de Lobos, num artigo intitulado “Câmara de Lobos: o povo vive na miséria”, o jornal revela uma reportagem onde os residentes falam das suas condições de vida. O *Comércio do Funchal* afirma, neste artigo, que até a data o governo não permitia o povo dizer como vive e o que está sujeito, por isso o objetivo desta reportagem era consciencializar as pessoas da exploração presente nesta zona. Nesta reportagem, expõem: as más condições de habitação de famílias geralmente numerosas; as precárias condições sanitárias que a maioria das pessoas estão sujeitas; negligência autárquica face as adversidades sociais do conselho e os níveis baixos de remuneração em contrapartida com o elevado custo de vida:

“Meu marido e três filhos tudo a morar no mesmo quarto e sem ter cozinha nem retrete nem terreiro, tudo a morar no mesmo quarto (...). O meu guarda-fato nem sequer cabe dentro de casa”<sup>202</sup>

Na Calheta, numa reportagem realizada com a população residente, abordam os problemas mais marcantes daquela região: o do hospital; da Câmara e da Casa do Povo;

---

<sup>201</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”, Universidade da Madeira, 2022, pág 25. (tese de doutoramento),

<sup>202</sup> “Câmara de Lobos: o povo vive na miséria”, *Comércio do Funchal*, edição especial, nº2241, 1 de Maio 1974, pág 8-10.

a remuneração da população rural e o monopólio existente de algumas famílias. Sobre o hospital, os entrevistados transmitem que em tempos o hospital chegou a estar cheio e que realizava operações contrapondo à situação de inoperacionalidade atual. Afirmam que o anterior presidente da câmara não cumpriu com o que disse no que toca à introdução de ambulâncias, e que foi o responsável pela saída de um bom médico e sua enfermeira, substituindo-o por um que a população considera negligente. Criticam também, o facto de as infraestruturas do hospital estar a servir de convento e de Casa do Povo. Relativamente à Casa do Povo, acusam os funcionários de incompetência e de nunca pagarem a reforma à tempo, afirmando um entrevistado que quem recebe as reformas oriundas do estrangeiro recebem primeiro do que as que dependem daquela instituição. No que se refere aos agricultores, os entrevistados dizem que está a diminuir o número de pessoas a dedicarem-se a essa atividade devido às baixas remunerações, dando o exemplo da cana-de-açúcar, que o preço continua baixo em contrapartida de todos os ingredientes que dela provêm. Acusam também, o engenho local de roubar aos produtores de cana-de-açúcar, alterando peso das canas no ato da pesagem. Sobre os monopólios existentes no concelho, acusam a repartição das finanças ser controlada por uma família e os lugares públicos serem ocupados por duas ou três famílias. Criticam a ação do antigo presidente da Câmara o Dr. Brás, informando que mesmo depois de ter saído da autarquia continua no comando de instituições importantes para o concelho:

“Ele é o diretor do hospital, sócio do engenho, diretor da escola, diretor da Casa do Povo e das suas delegações nas freguesias, etc.”<sup>203</sup>

Noutro artigo da edição regional de 8 de junho de 1974, o jornal entrevista os cidadãos residentes no Santo da Serra. Nesta entrevista os locais criticam: a ineficácia autárquica devido a esta freguesia pertencer a duas câmaras municipais, a de Santa Cruz e Machico; as dificuldades escolares e o isolamento. Relativamente ao mau desempenho autárquico, os residentes queixam-se de nenhuma corresponder com o seu dever, se necessitam de algum documento oficial uma autárquica encaminha-os para a outra e vice-versa. Acusam também, os funcionários públicos de favoritismo, privilegiando quem aparenta ter mais possibilidades financeiras, em contrapartida desvalorizam o agricultor. Sobre as dificuldades escolares, consideram que estudar é um luxo devido às dificuldades que

---

<sup>203</sup> “ Calheta”, *Comércio do Funchal*, edição regional, n°2252, 8 de junho 1974, pág 7-8.

apresenta. Os locais se queriam prosseguir estudos tinham de frequentar o externato de Machico, com horários letivos incompatíveis com o dos transportes, obrigando-os a passar o dia inteiro em Machico. Afirmam, que a situação é financeiramente difícil, tendo em conta as propinas do colégio, o preço das refeições e material escolar. No que se refere ao isolamento, queixam-se de os transportes públicos não estarem ao serviço do povo. Transmitem, que se alguém tencionar ir ao Funchal durante a semana para voltar terá dificuldades, pois já não haverá autocarros que fazem este trajeto, em relação ao fim de semana dizem que se quiserem deslocar-se tem de ser num táxi, o que face aos rendimentos da maioria da população é complicado.<sup>204</sup>

Passando agora para a freguesia da Camacha, o jornal expressou uma necessidade de transmitir a realidade dos locais por considerar um dos locais mais explorados de toda a ilha, muito devido à indústria do vime. A atividade industrial da obra de vimes, na Madeira, existiu em diversas localidades, como S. Vicente, Boaventura, Faial, Porto da Cruz, Santo da Serra, Machico, Caniçal e nos arredores do Funchal (Santo António, São Gonçalo e São Martinho), mas foi a Camacha que, neste período cronológico, teve maior destaque na imprensa regional, sobre a sua situação económico-social e ao que se refere às suas reivindicações.<sup>205</sup> O jornal informa: que as pessoas desde os nove anos de idade trabalham 15 horas por dia; que trabalham em más condições numa indústria ainda em fase artesanal, onde grande parte do trabalho é feito em casa ou em pequenas oficinas e que os trabalhadores não têm férias ou outras regalias sociais. Desta maneira, revelam uma entrevista onde vários locais confirmam a veracidade das alegações, acrescentando que existe zonas na Camacha sem eletricidade e escola e que os transportes não correspondem às necessidades locais:

“A gente toda a vida a trabalhar das 6 e 7 da manhã até as 10-11 (quando não é até de madrugada), para ganhar uma miséria. Quando se vai para velho não

---

<sup>204</sup> “Santo da Serra: uma terra repartida”, *Comércio do Funchal*, edição regional, n.º2252, 8 de junho 1974, pág 11.

<sup>205</sup> MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “ O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”. Universidade da Madeira, 2022, pág 194. (tese de doutoramento)

se tem nada que nos proteja. Não temos férias, nem subsídio, nem regalias nenhuma. A nossa regalia é trabalhar de dia e de noite.”<sup>206</sup>

Noutro artigo chamado “O Povo do Pinheiro é como o Gado, anda com uma canga ao pescoço”, os colaboradores do jornal procuram informar os leitores da exploração vivida pelos residentes do Pinheiro. Para tal, publicam uma reportagem onde é possível constatar através do depoimento dos locais as condições de vida a que estão sujeitos. Nesta reportagem, os locais queixam-se do trabalho exaustivo, e do regime de *colônia*. Sobre o regime de colônia afirmam: que na localidade vivem cerca de duzentas pessoas e todas trabalham a terra através do mesmo regime, pertencendo as terras a três senhorios; que os rendimentos da população são insuficientes para pagar a renda da terra; que não possuem condições para viver uma vida minimamente decente devido a trabalharem excessivamente, pagar as suas despesas laborais e pagar a renda ao senhorio; que são desrespeitados e mal tratados pelo feitor, e que por vezes os senhorios vendem as terras sem os seus consentimentos. Em relação as condições sociais da localidade, denunciam o facto de não haver eletricidade, mercearias e de a única professora da escola dar aulas uma vez por semana:

“Está a ver isto? A gente trabalha de sol a sol, paga os adubos e os tratamentos todos que a terra leva, pagamos renda, pagamos a decimadas casas e dos palheiros, e por fim ainda damos limpinho ao senhorio. A gente assim poderá ganhar para comer sequer?”<sup>207</sup>

Relativamente ao Paúl do Mar, a reportagem que o jornal transmitiu noticia a degradação estrutural da freguesia. Os residentes queixam-se: das habitações, que estão a ser destruídas progressivamente pela força do mar; de negligência autárquica, devido a não resolverem os problemas habitacionais da população; de dificuldades financeiras e

---

<sup>206</sup> “Somos oprimidos de toda a maneira”, *Comercio do Funchal*, edição regional, nº 2251, 1 de junho 1974, pág 7-8.

<sup>207</sup> “O povo do pinheiro é como o gado, anda com uma canga ao pescoço”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2254, 1 de julho 1974, pág 11-12.

de desinteresse da capitania do mar para a pesca local, uma das principais fontes de rendimento:

“ A gente tem a rocha e tem o mar, é um perigo de morte. O muro que existe não protege nada, e a gente carece de uma muralha por baixo, que é a nossa maior necessidade. O cais ainda remedeia uma coisita... prometeram aumentar o muro mas... vêm cá com as fitas de vez em quando, mas nunca fazem nada.”<sup>208</sup>

No norte da ilha, o *Comércio do Funchal* deslocou-se até ao Faial destacando a contestação por parte dos locais ao regime *colonia*, responsabilizando-o pelas dificuldades económicas e pela exploração, sugerindo que a terra deveria pertencer aos agricultores. Os locais também denunciavam: as precárias condições de saúde, afirmando não terem posto médico ou de primeiros socorros; a inexistência de água canalizada e a escassez de fontes em número e em locais, e o comportamento dos intermediários, responsabilizando-os pelos altos preços dos produtos agrícolas:

“ A gente poda as uvas, estaca, acarta, traz para o lagar e depois o senhorio tira a sua metade limpo e seco. Se tiver um litro de vinho ele parte meio litro para ele e meio para nós. A gente é que faz tudo ele não faz nada. No final a gente mata-se e ele leva aquilo limpo e seco.”<sup>209</sup>

Ainda na freguesia do Faial, noutro artigo intitulado de “ A serra para o povo”, o jornal partilha uma reportagem com os residentes do Lombo Galego uma zona remota onde estipulam que vivem cerca de oitenta casais. Os residentes queixam-se, principalmente, da ação da guarda-florestal, afirmando que querem ocupar as terras onde a comunidade detém o gado, e que prejudicaram as plantações devido a terem ordenado plantar árvores em terrenos utilizáveis. Criticam também, a ação autárquica devido a não construírem estradas necessárias, o facto de não terem médico, e de existir apenas uma professora que leciona, apenas, a primeira e segunda classe devido a deter a quarta classe.<sup>210</sup>

---

<sup>208</sup> “Paúl do Mar: entre a espada e a parede”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2254, 1 de julho 1974, pág 12.

<sup>209</sup> “ Faial”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2255, 11 de julho 1974, pág 6.

<sup>210</sup> “ A serra para o povo”, *Comércio do Funchal*, nº2257, 20 de julho 1974, pág 6.

Na freguesia do Prazeres, os locais transmitiram ao *Comércio do Funchal* as suas dificuldades económicas e o cenário negativo que a agricultura local ostenta, responsabilizando os intermediários pelo facto da agricultura não ser rentável. Falam também na emigração crescente, justificando-a nas condições económicas e sociais precárias. Por fim, denunciam o facto de a luz e a água serem irregulares nas habitações, apesar de pagarem esses serviços:

“O intermediário é que está lixando isto tudo. Compram relativamente barato e depois vendem ao preço que querem. O consumidor não sabe quanto o lavrador recebeu.”<sup>211</sup>

Ainda dentro da análise social, o *Comércio do Funchal* redigiu um artigo denominado por “Situação das classes mais exploradas”, onde descrevem as condições laborais e sociais que três tipos de trabalhadores estão sujeitos, os operários, os camponeses e os pescadores.<sup>212</sup>

Sobre os operários, abordam o facto de possuírem baixas remunerações, destacando o elevado custo de vida e de ser constante despedimentos coletivos sem justa causa.<sup>213</sup> Analisam a indústria do bordado, afirmando que se baseia em estruturas desatualizadas, na exploração das mulheres camponesas, e nos baixos salários praticados pelos exportadores de bordados nas fábricas. Por fim, sobre os operários da construção civil destacam o crescente número de desempregados, devido ao abrandamento deste setor, informando que são relegados para apartamentos em bairros que não possuam condições.<sup>214</sup>

---

<sup>211</sup> “Prazeres”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2255, 11 de julho 1974, pág 7.

<sup>212</sup> “ Situação das classes mais exploradas”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2254, 1 de julho 1974, pág 3.

<sup>213</sup> “Operários da sociedade de serragens lutam contra os despedimentos”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2254, 13 de fevereiro 1975, pág 5. / Junsta-Geral: Jardineiros sem o salário mínimo, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2275, 20 de fevereiro 1975, pág 4.

<sup>214</sup> “ Situação das classes mais exploradas”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2254, 1 de julho 1974, pág 3.

Relativamente aos camponeses, destacam a situação de exploração que muitos vivem, devido ao regime de *colônia*, forçando-os a pagar renda e a dividir o escasso resultado do seu trabalho. Falam também, dos camponeses que detêm as suas terras, designados de pequenos proprietários, informando que não conseguem retirar das suas terras o suficiente para sustentar as famílias. Evidenciam o facto, de existir intermediários entre os produtores e os consumidores, responsabilizando-os pelo aumento dos preços dos produtos e criticando-os por deterem lucros sem produzirem algo.<sup>215</sup>

Acerca dos pescadores, o *Comércio do Funchal* considera que trabalham com “salários de fome” e sem horário, estando sujeitos a perigos causados pelas fragilidades das embarcações utilizadas. Para o jornal, os pescadores madeirenses é a classe que vive mais oprimida, destacando que as zonas piscatórias de Câmara de Lobos, Caniçal, Machico e Paúl do Mar, com as suas habitações precárias e subalimentação generalizada, foram consideradas, até, pela administração fascista focos máximos de subdesenvolvimento.<sup>216</sup>

Por fim, podemos concluir, tendo em conta os depoimentos dos madeirenses, que na generalidade as condições de vida na Madeira eram precárias. A pobreza, a inexistência de cuidados de saúde, as más habitações e a falta de escolaridade estavam presentes ao redor da ilha, acrescentando a estes, o isolamento que algumas freguesias viviam. Quanto às más condições laborais dos madeirenses, eram igualmente desfavoráveis para o bem-estar das pessoas, constituindo um impasse para o progresso social. Para o *Comércio do Funchal*, este cenário social devia-se sobretudo ao regime político, à negligência autárquica e à permanência do regime de *colônia*, apelando para que as populações mais desfavorecidas se capacitassem, lutando para derrubarem o capitalismo, pois só assim a situação se alteraria.<sup>217</sup>

“ É preciso que as massas populares se organizem politicamente não só para consolidarem as liberdades conquistadas,(...) mas, também, para que venham a alcançar a sua libertação completa, só possível com o fim do sistema capitalista,

---

<sup>215</sup> *Ibidem*, pág 3.

<sup>216</sup> *Ibidem*,, pág 3.

<sup>217</sup> “ Reforma para quem ?”, *Comércio do Funchal*, edição regional, n°2250, 25 de maio 1974, pág 4.

da exploração do homem pelo homem.(...) A emancipação dos trabalhadores terá de ser obra dos próprios trabalhadores.”<sup>218</sup>

É de salientar o interesse do jornal em analisar estas questões, como também a suas respectivas interpretações, dando seguimento à sua orientação ideológica marxista-leninista. Priorizam os problemas da classe operária transmitindo as realidades dos diversos setores de trabalho, denunciando, sempre que possível, o patronato e os autarcas responsáveis por este cenário desfavorável.<sup>219</sup>

“ a defesa intransigente dos interesses do povo trabalhador madeirense, a denúncia dos vários oportunismos (...) dos mais diversos lados, a luta sem tréguas contra a reação fascista e a exploração capitalista (...)” <sup>220</sup>

---

<sup>218</sup> “As palavras e a ação”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº2249, 18 de maio 1974, pág 1.

<sup>219</sup> “ Despedimentos: um dos muitos processos que se reveste a exploração capitalista”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2271, 28 de janeiro 1975, pág 4./ “ O papel dos trabalhadores”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2274, 18 de fevereiro 1975, pág 7.

<sup>220</sup> “ O nosso compromisso”, *Comércio do Funchal*, edição regional, nº 2250, 25 de maio 1974, pág 1.

## Conclusão

A análise produzida por esta dissertação possibilitou concluir que a Revolução do 25 de Abril foi o desencadear de um conjunto de disfuncionalidades socioeconómicas, políticas e culturais presentes em Portugal e que incluíam a Madeira.

Dito isto, no período que antecedeu a revolução, a economia na Madeira era rural e débil, a sociedade assentava em fortes desigualdades, a política consistia no autoritarismo, na ausência de liberdade e em meios de repressão e a educação não era acessível a toda a população. Fenómenos específicos como a guerra colonial e o regime de *colônia* caracterizavam o cenário insular.

Com o 25 de Abril, o setor primário madeirense caracterizou-se pela exigência do fim do regime de *colônia*, exigindo que a terra começasse a pertencer a quem a trabalha. Um processo que gerou intervenção da comunicação social e de movimentos políticos. As ações dos caseiros forçaram as organizações oficiais a propor medidas legislativas, que, por sua vez, resultou no seu descontentamento e levou-os a apresentar propostas alternativas. Defendiam a não divisão dos produtos da terra com o proprietário, ou, em alternativa, a atribuição a este somente de uma das três parcelas em vez da divisão por metade e exigiam deter a pose da terra sem qualquer valor pago ao senhorio.

Relativamente aos setores secundário e terciário da economia madeirense, apesar do 25 de Abril ter aberto as portas para o sindicalismo livre e ter incentivado as organizações dos trabalhadores, promovendo novos direitos laborais e remuneratórios, esta investigação permitiu concluir que muitos setores laborais permaneceram com hábitos pré-revolucionários. Mesmo com a mudança de regime, este trabalho possibilitou constatar que grande parte dos trabalhadores da construção civil, turismo, bordados e etc, continuavam a carecer de condições indispensáveis para o bom funcionamento das suas funções, e de remunerações justas e dignas face a suas tarefas.

Passando para o *Comércio do Funchal*, podemos concluir que a comunicação social madeirense acompanhou o período que sucedeu ao dia da revolução, pois a chegada da liberdade e o fim da censura proporcionaram uma alteração generalizada no comportamento dos jornais. O *Comércio do Funchal* assumiu, destacadamente, um papel de crítico e condenador ao regime deposto, expondo, nos seus primeiros números, artigos que foram impossibilitados de publicar devido à censura prévia, presente nesse mesmo regime. Relativamente à sua área de atividade e ao seu conteúdo, é legítimo afirmar que

a ideologia Marxista-leninista representava a sua substância. Sobre esta ideologia, é de salientar que o seu nascimento em Portugal foi o resultado da definição de um campo ideológico pró-chinês que, internacionalmente, se estabeleceu através da concordância com o rumo delineado de Mao Tsé-Tsung e pelos chineses em relação aos soviéticos. Podemos sintetizar que o movimento Marxista-leninista português detinha como pilares ideológicos três tópicos: o levantamento nacional e a questão da luta armada, considerada necessária, especialmente depois do início das guerras em África; o estabelecimento de uma orientação que se delimitasse da política de unidade nacional assente numa aliança de classes, de maneira a combater o fascismo e o capitalismo eficientemente e manter uma postura sobre o movimento comunista internacional solidária da crítica ao revisionismo e imperialismo, fazendo uma referência ao conflito sino-soviético.

Assim sendo, é de concluir que o *Comércio do Funchal* faz uma análise da sociedade madeirense priorizando a classe trabalhadora, o povo. Nas suas colunas, priorizam a transmissão das condições de vida do povo rural, destacando a dicotomia presente na região face aos senhorios e membros do governo. Nas entrevistas que realizam, procuram demonstrar o quanto explorado e desvalorizados são os trabalhadores nas diversas áreas da região, salientando as baixas remunerações e precárias condições de vida daqueles que mantêm a sociedade a funcionar. Apela para uma emancipação geral e unida da classe operária, de maneira a alterar o sistema político e económico e, assim, instalar uma verdadeira democracia, liderada pelo povo trabalhador.

Por fim, podemos concluir que para o *Comércio do Funchal* o cenário socioeconómico na região após o 25 de Abril não se alterou significativamente, pois consideravam que para o fascismo ser totalmente derrubado e o povo viver em liberdade o sistema capitalista teria de deixar de existir, terminando, assim, com a exploração do homem pelo homem.

## Bibliografia

AZEREDO, Carlos de, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*. Porto, Livraria Civilização Editora, 2004.

BRANCO, Jorge Freitas, “O Homem e o Ambiente: Sobre os Fundamentos Ecológicos”, in *Camponeses na Madeira*. Lisboa: Edições D. Quixote, 1987.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, *Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra*. Porto: Universidade Lusíada, 2005.

CARDINA, Miguel, *Margem de certa maneira -O maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Coimbra: Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 2010. (Tese de doutoramento).

CALISTO, Luís, *Achas na autonomia*. Funchal, Diário de Notícias do Funchal, 1995.

CARITA, Rui, *30 Anos de Autonomia: 1976-2006*. Funchal, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2009.

CARITA, Rui, *História da Madeira, Volume VI – Século XX – O Caminho para a Autonomia*. Funchal, Imprensa Académica, 2020.

CUNHA, José Fernando Moreira, *Viagem à Venezuela*. Caracas: Estrada, Del pino e Associados, 1998.

FERREIRA, José Medeiros (coord.), “Portugal em Transe (1974-1985)”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 8. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

FONTES, Jorge Filipe Figueiredo, *A esquerda à esquerda de Cunhal (1964-1974)*. Lisboa, Universidade Nova, 2009. (dissertação de mestrado)

FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*. Lisboa, Âncora Editora, 2008.

FREITAS, João Abel, *A Madeira nos tempos de Salazar. A Economia 1926- 1974*. Lisboa, Edições Colibri, 2015.

GOUVEIA, Gregório, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*. Funchal, G. Gouveia, 2002.

LIZARDO, João Palla, “A situação da colónia à data do 25 de Abril de 1974”, in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História - Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, 2008.

LIZARDO, João Palla, “A exploração da terra sobre o regime da colónia no arquipélago da Madeira”, in *Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios Ultramarinos Europeus*, CEHC, ISCTE-IUL, 2014.

LOJA, António, “A “carta a um governador””, in FREITAS, João Abel, (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*. Lisboa, Âncora Editora, 2008.

MARTINS, Lino Bernardo Calaça, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*. Machico, Câmara Municipal de Machico, 2017.

MARTINS, Lino Bernardo Calaça, “O 25 de Abril na Madeira, Tensões Sociais e políticas em 1974-1975, à luz da imprensa regional”. Universidade da Madeira, 2022. (tese de doutoramento).

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *História de Portugal Contemporâneo: economia e sociedade*. Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

MEDINA, João (coord.), *História de Portugal Contemporâneo: político e institucional*. Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

MENDONÇA, Alice, *Evolução do sistema educativo na Madeira*. Funchal, Universidade da Madeira, 2006 (tese de doutoramento).

NASCIMENTO, Joselin da Silva do, *Emigração Madeirense para a Venezuela (1940-1970)*. Funchal, Universidade da Madeira, 2009. (dissertação de mestrado).

NEPOMUCENO, Rui, *As Crises de Subsistência na História da Madeira*. Lisboa, Editorial Caminho, 1994.

NEPOMUCENO, Rui, *Uma Perspectiva da História da Madeira*. Funchal, Editorial Eco do Funchal, 2003.

NEPOMUCENO, Rui, *A Conquista da Autonomia da Madeira: os conflitos dos séculos XIX e XX*. Lisboa, Editorial Caminho, 2006.

NEPOMUCENO, Rui, *Historia da Madeira- Uma Visão Atual*. Porto: Campo das Letras, 2006.

NOBREGA, Tolentino de, *Jornal “cor-de-rosa” nasceu há 40 anos no Funchal*. Público, 2007, disponível em <https://www.publico.pt/2007/01/02/jornal/jornal-corderosa-nasceu-ha-40-anos-no-funchal-114737>, consultado em 2023.

OLIVEIRA, Isabel Tiago de, “O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011”, in SANTOS, Carlota, MATOS, Paulo Teodoro de (coord.), *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. Braga: CITCEM, 2013.

OLIVEIRA, Paquete de, “A comunicação social madeirense e a autonomia da região”, in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*. Lisboa, Âncora Editora, 2008.

RODRIGUES, Paulo Miguel, *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*. Funchal, Imprensa Académica, 2021.

ROSAS, Fernando (coord.), “O Estado Novo (1926-1974)”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 7. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I. Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II. Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção Política Portugal Século XX (1890-1976)*. Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

SILVA, Vicente Jorge, “O Comércio do Funchal e a Autonomia”, in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História: Escritos sobre a pré- autonomia*. Lisboa, Âncora Editora, 2008.

SILVA, Vicente Jorge, “O 25 de Abril e a Madeira”, in Sol, de 23 de Abril de 2014, disponível em <https://sol.sapo.pt/noticia/104130/O-25-de-Abril-e-a-Madeira>, consultado em 2023.

SOUSA, João José Abreu de, *História rural da Madeira: a colónia*. Edição Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1994.

SOUTO, Odete Mendonça Henriques, *Os Retornados de África: Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira*. Lisboa, Universidade Aberta, 2017 (Dissertação de Mestrado).

TAVARES, Mário, “A colónia e os senhorios”, in *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira, O Processo de Extinção da Colónia*, João Lizardo (cord.) Edições Afrontamento, 2009.

VARELA, Raquel e PEREIRA, Luísa Barbosa, *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*. Lisboa, Edições Parsifal Lda, 2017.

VIEIRA, José Luís Gonçalves, *O Poder Municipal no Funchal: Do 25 de abril de 1974 às eleições autárquicas de dezembro de 1976*. Funchal, Universidade da Madeira, 2018 (Dissertação de Mestrado).

VIEIRA, Rui e FREITAS, João Abel, “A economia da Madeira no período pré-autonómico”, in FREITAS, João Abel (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*. Lisboa, Âncora Editora, 2008.